



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ROBERTA ALMEIDA DE HOLANDA MIRANDA

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DAS
MULHERES BENEFICIÁRIAS DO CRAS ARACAPÉ**

FORTALEZA - CE

2017.2

ROBERTA ALMEIDA DE HOLANDA MIRANDA

**A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DAS
MULHERES BENEFICIÁRIAS DO CRAS ARACAPÉ**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Ms.^a Maria do Socorro Lima Martins Matos.

FORTALEZA - CE

2017.2

M672i Miranda, Roberta Almeida de Holanda.

A Importância do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres Beneficiárias do CRAS Aracapé. / Roberta Almeida de Holanda Miranda. Fortaleza, 2017.
70 fls. Enc.

Orientador(a): Profa. Ms. Maria do Socorro Lima Martins Matos.

Monografia (Graduação) – Faculdade Ratio, Curso Serviço Social.

1. Família 2. Programa bolsa família 3. Mulheres
I. Profa. Ms. Maria do Socorro Lima Martins Matos.
II. Faculdade Ratio, Graduação em Serviço Social
III. Título

CDD 361
CDU 364

ROBERTA ALMEIDA DE HOLANDA MIRANDA

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DAS MULHERES
BENEFICIÁRIAS DO CRAS ARACAPÉ

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Faculdade Teológica Ratio, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos (as) professores (as).

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms.^a Maria do Socorro Lima Martins Matos.
Orientador (a)
Faculdade Ratio

Prof.^a Esp. Marcela Barroso Maciel
Faculdade Ratio

Prof.^a Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes
Faculdade Ratio

Fortaleza, ____ de _____ de 2017

Dedico este trabalho a minha mãe Maria de Fátima de Almeida e ao meu esposo George Miranda, pela dedicação, companherismo e acima de tudo pela paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, por nunca me desamparar e nem me deixar desanimar, por ter me dado forças para chegar até aqui, pois sem tua ajuda e o teu apoio jamais teria alcançado a vitória, obrigado por tudo que o senhor fez eu alcançar em minha vida, dedico tudo ao senhor.

Agradeço a minha amada mãe Maria de Fátima, por ter me criado sozinha, sem nunca desistir, nem me desamparar e sempre me ensinar a ser uma pessoa honesta e de caráter, e mais ainda, por estar sempre comigo em todos os momentos da minha vida.

Agradeço ao meu querido esposo George Miranda, por me ajudar de várias maneiras, me orientando nos trabalhos, e me incentivando a não desistir. Tudo que você fez por mim nunca será esquecido, muito obrigado pelo seu companheirismo, amor e dedicação.

Agradeço ao meu amigo Clébio e a minha amiga Emília pelo apoio e pelo incentivo a fazer um curso superior.

Agradeço a assistente social Silvia Mesquita pela paciência, incentivo, por ter me passado seus conhecimentos, e principalmente, por ter contribuído para este trabalho e para meu amadurecimento e crescimento acadêmico e pessoal. O que você me ensinou levarei para minha vida.

Agradeço as minhas amigas, Auderli, Darly Mara, Elaine, Girlene, Luiza e Sylvania, pelo auxílio em todas as etapas da faculdade, que sempre tiveram ao meu lado compartilhando todos os momentos.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para a minha formação e principalmente a minha querida orientadora Professora Socorro Martins, por me orientar e me acompanhar na minha trajetória com sua dedicação e generosidade.

Agradeço a todos os profissionais do CRAS Aracapé, em especial as usuárias que participaram das entrevistas, vocês foram muito importantes na construção desse trabalho;

Agradeço a todos os demais, que porventura não estejam citados aqui e que contribuíram de forma direta ou indireta para a construção deste trabalho.

“Educai as crianças e não será preciso punir os homens”.

(Pitágoras)

RESUMO

O Programa Bolsa Família possui suas ações e atividades focadas na família (em especial a mulher), como principal unidade interventiva. O trabalho buscou compreender a importância do PBF na vida das mulheres atendidas pelo CRAS Aracapé, através da identificação do perfil sócio econômico das mulheres beneficiadas pelo PBF e da verificação da influência social e econômica do PBF na emancipação das mulheres beneficiadas. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa com aplicação de entrevista semiestruturada, tendo sido utilizadas a pesquisa bibliográfica e de campo, com cinco mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Já na construção do referencial teórico trouxemos: Santos (2008), Costa (2000) e a Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Por fim, verificamos que a importância do Programa Bolsa Família perpassa a Política de Transferência de Renda. O referido Programa propicia o empoderamento das mulheres contempladas pelo Bolsa Família. Os principais resultados encontrados sobre o perfil sócio econômico das beneficiárias mostraram que 80 % são negras, 60% possuem o ensino fundamental incompleto, todas tem em média 4 filhos, 80 % não possui casa própria e cada uma possui renda total média de R\$ 628,80. Quanto à influência social e econômica do PBF na emancipação das beneficiárias, os resultados da pesquisa de campo apontaram que 100 % das entrevistadas utiliza o dinheiro para compras para elas mesmas e para os filhos (aumento no poder de compra); 40 % destina parte do dinheiro para dividir despesas básicas da casa com o marido (aumento da autoafirmação); 20 % usa uma fração do dinheiro para cuidar da aparência (aumento da autoestima) e 20 % investe parte do tempo em capacitação (aumento do autodesenvolvimento). Além disso, existe todo um trabalho que é efetuado por uma equipe multidisciplinar que busca dar oportunidades para que essas pessoas possam sair da condição de pobreza ou de extrema pobreza por meio da intersetorialidade. Compreendemos também que, a fome vem acompanhada de uma série de fatores que precisam ser analisados como, por exemplo, a condição socioeconômica, cultural, etnia e gênero.

Palavras-Chave: Família. Gênero. Mulheres. Programa Bolsa Família. CRAS-Aracapé

ABSTRACT

The Bolsa Família Program has its actions and activities focused on the family (especially the woman), as the main intervention component. The study sought the value of PBF in the life of the women assisted by CRAS Aracapé, through the identification of the socioeconomic profile of the women benefited by the PBF and the selection of the social and economic influence of the PBF in the emancipation of the beneficiary women. A methodology used in the qualitative nature with the application of a semi-structured interview, with a bibliographical and field research, with five women beneficiaries of the Bolsa Família Program. In the construction of the theoretical reference, we have brought: Santos (2008), Costa (2000) and Law 10,836 of January 9, 2004. Finally, we verify the importance of the Bolsa Família Program surpasses the Income Transfer Policy. The said Program provides the empowerment of the women contemplated by Bolsa Família. The main results found on the socio-economic profile of the beneficiaries showed 80% are black, 60% have incomplete elementary education, all on average 4 children, 80% do not own their own house and each has an income average income of R\$ 628,80. Increased purchasing power and increased purchasing power, and the results of field research, indicated that 100% of respondents. 40% spend part of the money to split the household expenses with the husband (increased self-assertion); 20% use a fraction of the money to take care of their appearance (increased self-esteem) and 20% invests part of the time in empowerment (increased self-development). In addition, all work is done by a multidisciplinary team that seeks opportunities for people to escape from poverty or extreme poverty through intersectoriality. We also understand that it is a socioeconomic, cultural, ethnic and gender condition.

Keywords: Family. Genre. Women. Bolsa Família Program. CRAS-Aracapé.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BVJ – Benefício Variável Vinculado ao Adolescente
BSP – Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância
CadÚnico – Cadastro Único
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS – Lei Orgânica da assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NEPEM – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade de Brasília
PBF – Programa Bolsa Família
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PETI – Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima
SCFV – Serviço e Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SIS – Síntese de Indicadores Sociais
SETRA – Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. FAMÍLIA E GÊNERO	23
2.1. O papel da mulher na contemporaneidade	23
3. POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL	34
3.1. O Programa Bolsa Família	34
4. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CRAS ARACAPÉ	44
4.1. O CRAS Aracapé	44
4.2. As mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do Centro de Referência de Assistência Social Aracapé	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICES	69

1. INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família ao longo dos seus primeiros dez anos de criação alcançou aproximadamente 13,8 milhões de famílias que viviam em situação de pobreza ou extrema pobreza, tanto que o mesmo assumiu a centralidade na questão da política social brasileira. Tal realidade se mostrou relativamente eficaz na redução da pobreza, tendo o programa se tornado uma referência internacional quando o tema é transferência de renda. (IPEA, 2013)

Concomitantemente com essa realidade, chamamos à atenção para o fato da fome ser um dos maiores problemas da humanidade. No entanto, essa problemática tem sido relativamente pouco explorada nos temas das monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) nas universidades. Pouco se fala a esse respeito o que mascara uma realidade muito comum em diversas sociedades capitalistas mundo afora. Segundo afirma Castro (2010, p.10), a partir de:

[...] um estudo comparativo da fome com as outras calamidades que costumam assolar o mundo - a guerra e as pestes ou epidemias - verificaremos, mais uma vez, que a menos debatida, a menos conhecida em suas causas e efeitos, é exatamente a fome.

Sobre essa questão, o Art. 3º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece como objetivo fundamental: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1988). Vale deixarmos registrado que, como consequência da pobreza, a fome e a violência representam as mazelas sofridas pela população brasileira que vive nessa situação.

Diante desse objetivo fundamental disposto na Constituição Federal do Brasil, a Política de Assistência Social, após a promulgação da Carta Magna em 1988, passou a ser norteadada pela Lei N. 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações de assistência social, sendo definida como: “[...] direito do cidadão e dever do Estado”. (BRASIL, 1993).

Vale lembrarmos que, a Política de Assistência Social, está inserida na Política de Seguridade Social não contributiva, a qual provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população (BRASIL, 1993).

Como forma de operacionalizar a Política de Assistência Social, em 12 de dezembro de 2012, foi aprovada e divulgada a Resolução N. 33, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, intitulada “Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social”. (NOB/SUAS, 2012).

Por meio da NOB/SUAS, o Brasil passou a estabelecer níveis de atendimento do sistema de proteção social, abrangendo como, por exemplo: os Centros de Referência de Assistência Social e o Programa Bolsa Família. (BRASIL, 2012)

Em consonância com essa nova perspectiva de cidadania, o Programa Bolsa Família (PBF), foi criado no ano de 2004, pelo Governo Federal¹, sendo um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que, os indivíduos que estejam nessa situação, possam superar sua condição de vulnerabilidade social², no caso, a pobreza. (BRASIL, 2006)

O PBF busca garantir as famílias que estão em situação de pobreza ou de extrema pobreza, o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Tendo como objetivos: combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias e promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social, e criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares, dentre outros. (BRASIL, 2006)

A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Para se candidatar ao programa, é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com seus dados atualizados há menos de dois anos. (BRASIL, 2006)

Segundo está disposto no *site* do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os benefícios do Programa Bolsa Família dividem-se em seis tipos, quais sejam:

¹ O Brasil, a partir do ano de 2004, por meio da iniciativa do então Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, o Governo Federal, transformou a Medida Provisória Nº 132 de 2003 na Lei nº 10.836/04, destinado a transferência de renda com condicionalidades e com as seguintes finalidades: complemento de renda, acesso a direitos e articulação com outras ações visando o combate a miséria. (BRASIL, 2004)

² Segundo Faleiros (2006), para compreendermos o significado de vulnerabilidade social devemos considerar que a cidadania tem como pressuposto a participação e a garantia e a efetividade de direitos, isso implica a real prestação de serviços pelo poder público e existência de condições (ou meios) de vida, com desenvolvimento pessoal na diversidade explícita de culturas, gênero, raça, etnia e opções religiosas, sexuais, e de modos de existência.

- Benefício Básico: concedido às famílias em situação de extrema pobreza, com ou sem crianças, adolescentes, jovens ou gestantes;
- Benefício Variável: concedido às famílias que tenham crianças, adolescentes de até 15 anos e/ou gestantes (cada família pode receber até cinco benefícios variáveis);
- Benefício Variável à Gestante: esse benefício é pago em nove parcelas às famílias que tenham gestantes identificadas pelo Sistema de Gestão do Programa Bolsa-Família na Saúde;
- Benefício Variável Nutriz: esse benefício é pago em seis parcelas às famílias que tenham crianças até 6 meses de idade identificadas no Cadastro Único;
- Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ): concedido às famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos (cada família pode receber até dois BVJ);
- Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP): concedido às famílias com crianças até 6 anos, que, mesmo recebendo os benefícios financeiros do PBF, permanecem em situação de pobreza extrema. (BRASIL, 2006)

A respeito dos avanços do Programa Bolsa Família (PBF), de acordo com os dados da “Síntese de Indicadores Sociais (SIS)”, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e publicados pela Revista Exame em 17/12/2014:

Enquanto em 2013, o trabalho era responsável por 77,2% da renda da população total, nas famílias com renda per capita de até um quarto do salário mínimo o peso dos salários era bem menor, de 57%. Na outra ponta, as “outras fontes” (programas sociais, aluguéis, investimentos) representavam apenas 4,5% no rendimento do total da população e chegaram a 37,5% entre os muito pobres. Comparando os mesmos dados quantitativos com o ano de 2004, as “outras fontes” representavam 20,3% do total de rendimentos das famílias de menor renda, ou seja, o peso quase dobrou em nove anos (aumento de 85%). Como na população pobre praticamente não há renda oriunda de aluguéis e aplicações financeiras, os programas sociais são os responsáveis pelas “outras fontes”. Aposentadorias e pensões representavam, em 2013, 18,3% da renda do total de famílias brasileiras e apenas 5,5% dos extremamente pobres³.

Como pode ser observado, o Programa Bolsa Família (PBF), é extremamente importante para as famílias pobres ou muito pobres, pois lhes garante uma renda mínima necessária a sobrevivência tendo em vista que essa muitas vezes é sua única fonte de subsistência, além do mais, a renda per capita das mesmas é de até um quarto do salário mínimo.

Outra questão importante a ser lembrada no presente trabalho é que, segundo a mesma fonte de pesquisa, os programas sociais possuem maior peso, no Brasil, principalmente para a população da Região Nordeste. Destacamos o Estado do Piauí, quando no ano de 2013, os benefícios do PBF: “[...] representavam mais

³ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/rpgramas-sociais-elevam-renda-dos-mais-pobres-dix-o-ibge>. Acesso em: 30/08/2017.

da metade (53,2%) da renda das famílias em que cada pessoa recebe até um quarto do salário mínimo. Já o trabalho representava 45,5% da renda da população pobre e as aposentadorias e pensões representam 1,3%. (REVISTA EXAME, 2014)⁴

De acordo, com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), em publicação intitulada: “Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania”, o PBF tem obtido, ao longo dos últimos anos, uma importância significativa. Na área social, alcançou grande êxito na vida dos pobres (com destaque para a atuação das mulheres), ao possibilitar o acesso a uma renda mínima mensal familiar. Assim, esse programa, carrega em seu próprio nome a marca do lugar de destaque que a família ocupa, seja devido a provisão do bem-estar de seus membros, seja como um dos pilares de sustentação do Bolsa Família, uma vez que as condicionalidades e os recursos serão administrados no interior da família.

Outro ponto levantado pela mesma publicação se refere à grande influência nas relações de gênero, que o programa tem provocado, uma vez que são as mulheres suas representantes legais, e que elas têm sido as principais responsáveis pela gestão dos seus recursos em nome da família. Considera-se, que o destaque dado à família nas políticas de transferência de renda, passa pela visão de que as mulheres são as melhores “gestoras” dos recursos, inclusive sob o ponto de vista da confiabilidade no destino dos gastos. (IPEA, 2013)

Diante dessa realidade, apontada por inúmeros estudos, supracitados, referente aos ganhos para a parcela mais carente da sociedade brasileira, com o PBF, acreditamos ser importante discorrermos, mesmo que de forma breve, acerca do papel dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), pois é nesses Centros que se materializam o trabalho desenvolvido com as famílias que estão em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

De acordo com o Art. 6, inciso I da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), estão inseridos no Serviço de Proteção Social Básica, e devem prestar um conjunto de serviços, programas e benefícios da assistência social, que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. (BRASIL, 1993)

⁴ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/rpgramas-sociais-elevam-renda-dos-mais-pobres-dix-o-ibge>. Acesso em: 30/08/2017.

Ainda em relação aos CRAS, é importante deixarmos registrado que atuam com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação para o fortalecimento dos convívios sócio familiar e comunitário. Suas equipes, através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), executam serviços da Proteção Social Básica no âmbito municipal. (BRASIL, 1993)

Trazendo essa realidade para o município de Fortaleza, a cidade possui 27 CRAS, distribuídos por seis Secretarias Regionais, onde são realizados encaminhamentos à rede sócio assistencial, atendimentos individuais, atendimento do Cadastro Único (CadÚnico), visitas domiciliares e institucionais, oficinas de convivência e de trabalho socioeducativo, apoio e acompanhamento familiar, entre outros serviços.

Como observado, o trabalho desenvolvido por esses Centros, com os indivíduos atendidos pelo PBF, é extenso, sendo assim, o estudo delimitou sua abordagem a analisar a importância do Programa Bolsa Família na vida das mulheres atendidas no CRAS Aracapé, localizado na Rua N, número 515, bairro Parque Monte Negro II, Fortaleza - CE.

Assim, o objetivo geral, deste trabalho é compreender a importância do Programa Bolsa Família na vida das mulheres atendidas pelo CRAS Aracapé. Para tanto, nossos objetivos específicos são: identificar o perfil sócio econômico das mulheres beneficiadas pelo PBF; Conhecer os benefícios oferecidos pelo Cadastro Único; e, verificar a influência social e econômica do PBF na emancipação das mulheres beneficiadas.

Para tanto, elegemos as seguintes categorias teóricas: Família, Gênero (identidade feminina) e Política de Transferência de Renda, em especial o Programa Bolsa Família.

Com relação a nossa primeira categoria abordada, entendemos que a mesma é uma instituição social, pois, segundo consta na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 226: a família é a: “[...] base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (BRASIL, 1988). Corroborando com o primeiro, os Artigos 227 e 229, da Carta Magna, reconhece a família enquanto instituição que: “[...] deve compartilhar a responsabilidade pelo cuidado e proteção dos seus membros juntamente com a sociedade e o Estado”. (BRASIL, 1988)

Dentro dessa perspectiva, buscamos Osterne (2006) a qual afirma que, “a família tem sido pensada como base estratégica das políticas públicas, numa perspectiva de parceria com os programas sociais, no sentido da construção de sua autonomia”. Nesse contexto, complementa a mesma autora,⁵

a família e a comunidade têm se revelado como fontes naturais de solidariedade, uma vez que se aciona o protagonismo familiar para transferir, aos próprios sujeitos, portadores de necessidades, a responsabilidade pelos seus carecimentos, vinculando-os ao processo de ajuda mútua (informação verbal).

Portanto, diante da temática abordada é oportuno que se faça um estudo trazendo a questão da família, em relação às políticas de assistência social direcionada as mesmas no Brasil.

Com relação a nossa segunda categoria teórica, a Política de Transferência de Renda, para Höfling (2001, p. 31),

só é possível entendermos as mesmas se fizermos uma retrospectiva histórica, pois, as políticas sociais no Brasil, possuem raízes nos movimentos populares do século XIX, envolvendo conflitos entre capital e trabalho, que surgiu já na Primeira Revolução Industrial.

Ainda segundo a autora, essas políticas envolviam ações direcionadas para redistribuição dos: “[...] benefícios sociais, que determinam o nível de proteção social implementado pelo Estado, visando diminuir as desigualdades estruturais produzidas”. (HÖFLING, 2001, p. 31)

No que diz respeito, a relevância deste trabalho para a sociedade, reside na necessidade de uma melhor análise e compreensão acerca do modelo de proteção social não contributivo atual do Brasil implementado na política pública de assistência social. Além disso, os programas sociais, como por exemplo, o Bolsa Família, possui suas ações e atividades focadas na família (em especial, a mulher), como principal unidade interventiva, o que é matéria de discussão nos mais variados campos de estudo.

Desse modo, a presente pesquisa visa contribuir com o entendimento, conhecimento e compreensão acerca do Programa Bolsa Família, para as mulheres

⁵ Informação fornecida por Maria do Socorro Ferreira Osterne na Jornada Quixadaense de Saúde Mental e Cidadania durante a palestra sobre o tema: Família: seu processo de transformação e sua centralidade nas políticas públicas, 2006.

beneficiadas, bem como, seu modelo de intervenção na família e não no indivíduo de forma isolada.

Com relação à relevância da temática para a academia, devemos ter em mente que, uma das temáticas mais importantes na atualidade, sendo objeto de estudo na área das Ciências Sociais, são as mudanças sociais que o PBF vem provocando, principalmente no âmbito familiar. A característica do Bolsa Família em transferir a renda para os indivíduos beneficiados, principalmente em relação ao público feminino, vem provocando alterações significativas nas relações sociais vigentes.

Segundo uma pesquisa divulgada, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) realizada pelo Núcleo de Estudos sobre a mulher da Universidade de Brasília, o PBF:

[...] dá mais autonomia às mulheres, maior inserção social e poder de compra, mais afirmação no espaço doméstico e ampliação do acesso a serviços públicos de educação e saúde. O aumento da presença nas decisões do lar e da comunidade e a melhoria na qualidade de vida foram alguns dos impactos do Bolsa Família no dia-a-dia das mulheres. (MDS, 2007, p. 02).

Outro dado importante que serve como inspiração para termos abordado a presente temática diz respeito a avaliações sobre o impacto do referido programa, realizados pelo MDS. Segundo os mesmos: a segurança de renda proporcionada pelo Bolsa Família contribui para aumentar o poder de decisão das mulheres no lar, o que as leva, inclusive, a questionar a dominação masculina.

A afirmação supracitada foi constatada a partir de estudos realizados pelo MDS, os quais mostram que a participação das mulheres nas decisões sobre compra de remédios para os filhos, por exemplo, aumentou oito pontos percentuais entre 2005 e 2009. Já nas decisões sobre gastos com bens duráveis, a participação feminina subiu 5,3 pontos percentuais no mesmo período. (MDS, 2014)

Outro aspecto importante para a área acadêmica é a importância que o trabalho terá ao demonstrar a necessidade de utilizar a opinião da mulher, chefe de família, como elemento de avaliação do PBF e a importância do mesmo na sua qualidade de vida.

Quanto ao interesse pessoal que nos levou a aprofundarmos o tema, foi devido ao acompanhamento, seja através dos mais diversos meios de comunicação, seja pela nossa observação empírica, das mulheres que são beneficiadas pelo PBF.

Pois, essas mulheres, possuem rendimento, extremamente baixo, ou até mesmo inexistente. Desse modo, o recurso recebido pelo programa constitui-se, muitas vezes, a única alternativa de renda fixa e previsível de sua família.

Constatamos também através de observação empírica no decorrer de nossas leituras acerca da temática, o número de matrículas dos filhos das beneficiadas. Tendo em vista que a taxa de abandono nas escolas vem diminuindo, visto que a frequência escolar mínima é uma condicionalidade do Programa, há uma consequente redução da vulnerabilidade social das famílias que são beneficiadas pelo programa, além da diminuição das desigualdades de gênero.

Um dado interessante sobre essa questão, que vale trazermos no presente trabalho como forma de embasar nossa observação se refere a estudos realizados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade de Brasília (NEPEM, 2006), acerca do Programa Bolsa Família. Segundo esses, o Bolsa Família tem obtido impactos relevantes na condição social das mulheres beneficiadas, especialmente na visibilidade enquanto consumidoras, na afirmação da autoridade no espaço doméstico e na mudança da percepção como cidadãs.

Ainda em relação à motivação pessoal pela temática acerca da Política de Assistência Social, em especial o PBF, se deve a experiência adquirida durante o trabalho como Codificadora de Dados no CRAS Aracapé, além da experiência adquirida durante a realização das Disciplinas de Estágio Supervisionado I e II, do Curso de Serviço Social, no CRAS Genibaú.

No processo de realização dos estágios, acompanhamos a Supervisora de Campo, nos atendimentos: individuais das famílias beneficiadas pelo programa, nas visitas para acompanhamento familiar, no acompanhamento do CadÚnico e na identificação das famílias que estavam em descumprimento com alguma das condicionalidades do programa.

Em suma, o Estágio Supervisionado, nos despertou o interesse pela temática, pois observei⁶, em alguns atendimentos as dificuldades das famílias em conhecer seus direitos e também as vulnerabilidades que elas possuem. Observei também, que a qualidade de vida dessas famílias, é extremamente precária, muitas não tem acesso a: saúde, educação, emprego, alimentação, lazer e moradia digna, tendo em

⁶ Peço licença ao leitor para me dirigir na primeira pessoa, uma vez que trata da minha aproximação com o objeto de estudo.

vista que algumas procuram o CRAS apenas para se inscrever nos benefícios eventuais tais como o kit enxoval e o auxílio funeral.

Por meio do trabalho desenvolvido no campo de estágio, quando realizei⁷ visitas com a assistente social constatei que, a maioria das mulheres são chefes de famílias, o que foi outro aspecto motivador para estudar os impactos que o Programa Bolsa Família possui em suas vidas. Além disso, nos chamou à atenção o fato de boa parte daquelas mulheres serem analfabetas ou possuíam, no máximo, o Ensino Fundamental II. Haja vista que, devido ao baixo nível de escolaridade, aquelas mulheres, não tiveram a oportunidade de se qualificar, tornando dessa forma mais difícil encontrar trabalho para sustentar sua família.

No tocante a metodologia, parte crucial para a realização de qualquer trabalho acadêmico, pois segundo afirma Duarte (2002, p. 140), a pesquisa é sempre: “[...] um modo diferente de pensar e olhar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma aprimoração do conhecimento que são bastante pessoais”.

Assim, a metodologia adotada nesta pesquisa foi de natureza qualitativa, pois além de estimular os sujeitos a pensarem, também, fez surgir aspectos subjetivos, tendo em vista a importância de se compreender os significados que estes atribuem a sua realidade e a visão dos mesmos em relação ao que está sendo pesquisado.

É importante se ter em mente, que pesquisar na área das Ciências Sociais, é considerar toda uma gama de valores, crenças e saberes múltiplos que fazem parte dos fenômenos de cada sociedade distinta. No entanto, salientamos, que segundo Minayo (2001, p. 22), “a opção pela pesquisa qualitativa não exclui a utilização de dados quantitativos para uma melhor fundamentação do estudo, mesmo porque a pesquisa qualitativa e a quantitativa são complementares”.

Assim, para este, realizamos uma pesquisa bibliográfica, ou seja, um levantamento de autores sobre a temática abordada. Para tanto, pesquisamos trabalhos científicos que tratam das categorias em análise, os quais foram selecionados para a construção de nosso referencial teórico.

Para Gil (1994, p. 71), uma das vantagens para o pesquisador lançar mão de uma pesquisa bibliográfica é o: “[...] fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

⁷ Idem: página 19.

Segundo Lakatos e Marconi (1996, p. 225), “o levantamento bibliográfico de um determinado tema a ser estudado é extremamente importante, pois através da pesquisa bibliográfica o pesquisador entra em contato com o que foi produzido sobre determinado assunto”.

Desse modo, como forma de seguirmos as recomendações de Gil (1994) e Lakatos e Marconi (1996) pesquisamos em: livros, revistas e artigos científicos, autores que tratem da temática proposta aqui.

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo para que a investigação obtivesse maior qualidade e para que pudéssemos compreender a realidade de vida dos sujeitos que foram pesquisados. Sabemos de antemão que, a pesquisa de campo, a qual é muito comum no Serviço Social, proporciona uma aproximação maior com os sujeitos, muitas vezes gerando “estranhamento”, o que é natural a todo pesquisador que se depara com algo novo.

A afirmativa citada acima pode ser confirmada por Martinelli (1999, p. 22), o qual defende que: “[...] se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas. Esse é o motivo pelo qual as pesquisas qualitativas privilegiam o uso de abordagem em que o contato de pesquisador com o sujeito é importante”.

Segundo Lakatos e Marconi (1996, p. 186), “a pesquisa de campo é uma fase que deve ser realizada após o estudo bibliográfico, pois dessa forma o pesquisador terá certa profundidade de conhecimento sobre a temática abordada”.

Portanto, a presente pesquisa foi qualitativa exploratória, quando lançamos mão de um questionário previamente elaborado com perguntas abertas e fechadas além da observação, seguindo os pressupostos de Lakatos e Marconi (1996).

Segundo as autoras,

o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas visando captar suas explicações e interpretações de uma determinada realidade social. (LAKATOS E MARCONI, 1996, p.188).

Desse modo, nos dirigimos até o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Aracapé, localizado na Rua N, nº 515, no Parque Montenegro II, no município de Fortaleza – CE, a partir de observações e entrevistas (por meio do

método de saturação) com as mulheres atendidas pelo centro, a fim de investigar o perfil sócio econômico das beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Deixamos registrado, que como instrumento de registro para a pesquisa de campo fizemos uso de um gravador de voz e do diário de campo. Assim, registrarmos fatos e fenômenos observados durante a pesquisa. Além disso, para as entrevistas semiestruturadas, foi construído previamente um questionário com perguntas abertas e fechadas, que serviram de ferramenta para construirmos o perfil socioeconômico dos sujeitos que aceitarem participar deste trabalho.

No que concerne às entrevistas semiestruturadas, seguimos Triviños (1987) o qual afirma que essas possuem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos darão frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes, sendo que, o foco principal será colocado pelo investigador-entrevistador. O mesmo autor complementa ainda afirmando que, a entrevista semiestruturada:

[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152)

Lakatos e Marconi (2003, p. 197) relatam que na entrevista semiestruturada, ao contrário do que ocorre com a estruturada, “o entrevistador fica à vontade para progredir qualquer situação a variados destinos que julgar necessário, isto consiste em uma maneira de analisar um maior horizonte de uma dada questão”.

As entrevistadas foram selecionadas a partir das observações realizadas durante minha experiência de trabalho no CRAS Aracapé durante as atualizações cadastrais das beneficiárias. Foram inicialmente, abordadas e entrevistadas sete mulheres, das quais em cinco realizamos a análise da importância do PBF.

Quanto a aleatoriedade da amostra, a única condição para que as mulheres entrevistadas pudessem participar deste trabalho foi estarem inseridas no programa e estarem recebendo o benefício do PBF por no mínimo, a um período igual ou superior a um ano.

Por fim, ressaltamos que o sigilo acerca das participantes foi mantido, em que as mesmas foram identificadas por nomes fictícios. Assim, buscamos a privacidade e a proteção da imagem das entrevistadas. Desta maneira, para o

prosseguimento da pesquisa foi, primeiramente, apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), quando observamos o respeito à dignidade humana, como também o consentimento, esclarecimento e a anuência dos participantes.

Quanto a divisão deste, após a apresentação desta parte introdutória, onde discorreremos brevemente sobre: a temática, a justificativa e a metodologia empregada, optamos por dividir este estudo em três capítulos, quais sejam: Família e Gênero; Política de Transferência de Renda no Brasil; e Política de Assistência Social no CRAS Aracapé.

No capítulo intitulado: “Família e Gênero” discutimos o papel da mulher na contemporaneidade, principalmente no âmbito familiar. Posteriormente a discussão de família e gênero, passamos a apresentar a “Política de Transferência de Renda no Brasil”, onde demos enfoque ao Programa Bolsa Família. Após concluirmos essa construção teórica, o presente trabalho, discorre acerca da “Política de Assistência Social no CRAS Aracapé”, além disso, apresentarmos o referido equipamento social, trazendo também as falas das entrevistadas que foram dialogadas com os autores que fizeram parte do referencial teórico deste trabalho.

Concluimos o trabalho com as considerações finais, quando retomamos nosso objetivo geral e específico proposto neste estudo. Além disso, na última parte desta pesquisa acadêmica, realizamos ponderações sobre a realidade encontrada com a teoria.

2. FAMÍLIA E GÊNERO

Este capítulo busca correlacionar a família e a questão de gênero, focando o papel da mulher perante a política de assistência social no Brasil, em especial o Programa Bolsa Família. Para tanto, trazemos uma discussão de gênero, apontando o papel de destaque que a mulher ocupa na sociedade contemporânea, em especial na família.

2.1. O papel da mulher na contemporaneidade

Na sociedade contemporânea é cultural que a mulher: pertença ao privado e o homem ao público; que entenda que é seu papel o dever de cuidado da casa e das crianças. Dentro do mundo dos homens, sua posição é comparável à de uma minoria oprimida, no entanto, elas também existem fora do mundo dos homens. Segundo Mitchell (2006, p. 218), “o papel ocupado pela mulher na contemporaneidade, em relação à família, é como habitat natural delas, chegando a ser considerado quase como biológico, no entanto, é somente cultural”.

A família aparece como um objeto natural para a mulher, mas na verdade é uma criação cultural. É função de a ideologia apresentar estes tipos sociais, no caso para as mulheres, dados como pressupostos da própria natureza; portanto, sendo consideradas como ideais. “A “verdadeira” mulher e a “verdadeira” família são imagens de paz e plenitude: atualmente, podem ambas ser centros de violência e desespero” (MITCHELL, 2006, p. 205). Nas palavras da autora a emancipação das mulheres:

[...] e sua igualdade com os homens são impossíveis e assim devem permanecer, enquanto as mulheres forem excluídas do trabalho social produtivo, e restringidas ao trabalho doméstico, que é privado. A emancipação das mulheres só se torna possível quando elas são capacitadas a tomar parte na produção em uma escala ampla, social, ou quando os serviços domésticos pedem sua atenção apenas numa pequena medida. (MITCHELL, 2006, p. 206)

Abstraindo as colocações da autora, e correlacionando, com a realidade brasileira, acreditamos que, para que ocorra uma mudança cultural em nossa sociedade, o Estado possui um papel indispensável para minimizar tais divisões,

pois a reprodução da divisão social de papéis pode significar a omissão em algumas áreas como a garantia de emprego formal e a educação de primeira infância.

Tal divisão social, ou melhor, a baixa condição social das mulheres, especialmente das não brancas, em relação aos homens, em nossa sociedade, demonstra a situação de inferioridade que as mulheres se encontram quando comparado com as dos homens. Essa realidade, também pode ser observada, através das: “taxas de desemprego e de emprego informal, pois essas são mais elevadas entre as mulheres que entre os homens, e ainda mais entre as mulheres não brancas”. (SOARES, 2000, p.121)

A autora conclui ainda, que as piores condições de vida recaem sobre as mulheres pobres e negras, restringindo severamente a segurança delas e de suas famílias.

Portanto, estamos direcionando nosso olhar para a dinâmica familiar e as políticas sociais; para tanto, estamos considerando a divisão de tarefas e responsabilidades entre os membros da família (filhos, doentes, idosos, etc.) e o mercado de trabalho.

Conforme afirmamos na parte introdutória deste capítulo, ao longo das últimas décadas a posição da mulher na sociedade vem se modificando, principalmente no que se refere a sua inserção no mercado de trabalho e em direitos civis. Todavia, Santos (2008, p. 99), afirma que,

muito embora esses ganhos sejam uma realidade, não podemos esquecer que, muitas das mulheres além de trabalhar fora de casa, ainda lhes são atribuídas tarefas, no espaço do lar, como: o cuidado dos filhos e todos os demais encargos domésticos”.

Santos (2008, p. 100), faz reflexões sobre essa realidade social afirmando que, as fronteiras entre a vida profissional e vida familiar são:

[...] menos delimitadas para as mulheres do que para os homens. Na realidade social contemporânea, a igualdade de condições de vida e trabalho entre homens e mulheres passa necessariamente pela questão da articulação da esfera profissional com a doméstica e por oportunidades mais igualitárias entre os sexos na esfera pública e no lar.

Essas oportunidades mais igualitárias, entre homens e mulheres, referidos pela autora, deve ser analisada a partir da classe social que cada uma delas está inserida. Haja vista que, as mulheres com rendas mais baixas, apresentam menor qualificação profissional e nível educacional, e são justamente essas, de acordo com

Santos (2008) que diante de algum problema no lar, ou até mesmo devido à maternidade, acabam abandonando o campo profissional para atender às mais diversas demandas da família.

Santos (2008) afirma, que os problemas do trabalho “invisível” ou da dupla jornada de trabalho da maioria das mulheres, na nossa sociedade:

[...] têm sido questionados por participantes dos movimentos sociais feministas e pesquisadoras. As mulheres sofrem de maior sobrecarga de trabalho, o que, em muitos casos, se transforma em estresse, com riscos para a saúde física e emocional. Grande parte das mulheres sofre os efeitos do acúmulo de tarefas múltiplas, o que gera cansaço, ansiedade e tensão, restando pouco tempo para se dedicarem a si mesmas. (SANTOS, 2008, p. 100)

Diante dessa realidade, Santos (2008, p. 101) complementa defendendo que,

essa dinâmica pela qual as mulheres sempre foram assoladas só é passível de mudanças a partir de investimentos em políticas públicas, em educação, saúde e habitação. Pois, a partir de políticas nessas áreas, a mulher e sua família terão maior autonomia e assim compartilhar responsabilidades de maneira mais igualitária.

Nossa sociedade contemporânea não nos permite mais pensarmos naquele tipo de estrutura familiar tradicional, onde o homem era o único responsável pelo sustento do lar. Hoje, a estrutura familiar, possui vários, caminhos, podendo ou não existir somente um chefe de família. O homem não é mais considerado o único provedor:

[...] a mulher tem ampliado sua participação no sistema educacional e no mercado de trabalho. O termo “chefe” passou a ser questionado e o IBGE teve de se adequar aos novos tempos. Com o passar dos anos e a crescente participação de todos os membros da família nas decisões de âmbito familiar e, também, o crescimento do número de pessoas ativas por domicílio e o conseqüente compartilhamento no sustento da família, a palavra chefe passou a ser considerada inadequada e foi abandonada. No início da década de 1990, as novas pesquisas domiciliares lançadas pelo IBGE passaram a utilizar o termo “pessoa de referência” para identificar a primeira pessoa do questionário, a partir da qual seriam verificadas as relações entre os moradores do domicílio e observadas as estruturas familiares. Os pesquisadores, no entanto, estavam muito críticos a essas denominações, devido à dificuldade de que muitas pessoas não entendem o significado da palavra “referência”. [...] a avaliação dos pesquisadores levou a alterar para “pessoa responsável”, termo que foi amplamente aceito pelos entrevistados. [...] As instruções de preenchimento dos questionários no Censo 2000 orientam para que a pessoa responsável pelo domicílio seja aquela reconhecida como tal pelos demais moradores, seja homem ou mulher, e será a primeira pessoa do domicílio a ser registrada no questionário. (SANTOS, 2008, p. 108)

Ao observarmos com atenção as colocações da autora supracitada, fica evidente a transformação ocorrida na estrutura familiar, anteriormente tradicional. De tal modo que, o homem não é mais considerado o único “chefe de família”, como a mulher ampliou sua participação na educação e no mercado de trabalho, conseqüentemente, seu papel no âmbito familiar.

Tal afirmativa é tão crível que, pode ser observada essa mudança, conforme Santos (2008), através da denominação dada pelo IBGE, em suas pesquisas domiciliares, agora não mais sendo utilizado o termo “chefe”, mas sim a “pessoa responsável”.

Sobre as novas estruturas familiares, Santos (2008, p. 103) afirma que,

atualmente dentre as tendências que chamam mais à atenção vale destacarmos: a diminuição do número de casamentos, o aumento das separações e divórcios, a queda da fecundidade, o aumento no número de mães solteiras e chefes de família e o crescimento das famílias monoparentais⁸.

Pesando para além das questões de gênero, já mencionadas, Suárez e Libardoni (2007) defendem que, muito embora a exclusão do mercado de trabalho é algo que ainda requer uma atenção especial por parte do Estado, o mais preocupante é o: “[...] extremo isolamento em que essas mulheres realizam suas atividades no dia-a-dia, sejam elas cuidados de reprodução da vida ou, até mesmo, alguns dos trabalhos remunerados que fazem”. (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007, p. 126)

Trazendo essa realidade, supracitada, para os efeitos positivos que as políticas assistenciais possibilitam para as mulheres, em especial, o PBF, segundo Bronzo (2008), isso ocorre em vários âmbitos: no reordenamento do espaço doméstico, na autoestima, no empoderamento e acesso feminino ao espaço público, como por exemplo, a participação em conselhos comunitários e escolares.

A fim de elucidar, tal questão Bronzo (2008), nos chama para um olhar mais profundo sobre a pobreza. Segundo a mesma autora, para compreendermos esse fenômeno social, devemos considerá-lo em seu duplo caráter. Primeiro, de forma objetiva, no plano material, como por exemplo, a falta de recursos financeiros.

⁸ Família monoparental ou unilinear, segundo conceito definido por Santos (2008), é aquela família que se desvincula a idéia de um casal relacionado com seus filhos, pois estes vivem apenas com um dos seus genitores, em razão de viuvez, separação judicial, divórcio, adoção unilateral, não reconhecimento de sua filiação pelo outro genitor, produção independente, etc.

“Segundo, de forma subjetiva referentes a valores e comportamentos, que se devem justamente devido a primeira condição”. (BRONZO, 2008, p. 5)

Refletindo sobre as colocações de Bronzo (2008), compreendemos o quão importante é a mudança desses valores e comportamentos das mulheres. A quem se interessa pela temática deve compreender que, somente através do empoderamento, da autonomia, das competências e da capacidade de autodesenvolvimento, as mulheres terão condições de superar a pobreza e a dinâmica de dominação masculina, na qual estão inseridas.

Dada a importância da questão do empoderamento, trazido para a discussão da temática abordada neste trabalho acreditamos ser de extrema relevância tratar a definição de empoderamento.

Assim, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS,1998 p. 109) o empoderamento é:

[...] um processo social, cultural, psicológico ou político através do qual as pessoas e/ou grupos sociais tornam-se capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de envolvimento na tomada de decisões e atuar política, social e culturalmente para satisfazer suas necessidades.

Como observado, a OMS traz uma definição bem clara sobre o que é o empoderamento. Esse deve ser compreendido como um processo que abrange aspectos culturais, sociais, psicológicos e até mesmo político; portanto, o empoderamento engloba diversas áreas da sociedade. Segundo Sen (1997, apud Moreira et. al., 2012, p. 408), a partir do momento em que empoderamos a sociedade isso equivale a:

[...] equilibrar as relações de poder em favor dos que têm menos recursos, de modo que o empoderamento tem relação direta com equidade. [...] o empoderamento individual tem como indicadores a autoestima, autoconfiança e autoafirmação, tendo como foco a melhoria nas condições de vida. [...] as ações mais bem-sucedidas em prol do empoderamento são aquelas que, além de auxiliar os grupos excluídos a assegurar sua sobrevivência, ultrapassam a assistência social e buscam a mobilização junto a movimentos e redes mais amplas, com o objetivo de empoderá-los, procurando influenciar o processo político.

Refletindo acerca das afirmações, supracitadas, compreendemos que o empoderamento está intrinsecamente relacionado com a “autoestima, autoconfiança e autoafirmação”, de um determinado grupo de indivíduos, no caso do presente

estudo das mulheres que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza que são beneficiadas pelo PBF atendidas pelo CRAS Aracapé.

Assim, vejamos o que nos diz a literatura acerca das definições de empoderamento, especificamente para as mulheres. Segundo o Fórum Econômico Mundial (2005), uma definição que pode dirimir qualquer dúvida a respeito do significado de empoderamento para as mulheres é a sua: oportunidade econômica, política, conquistas educacionais e saúde e bem-estar.

Já Costa (2000, p. 44) define o empoderamento das mulheres como “uma barreira a ser vencida no que se refere às relações patriarcais, especialmente, ao poder dominante dentro da família, pois esse é exercido pelo homem”. Assim, o significado de empoderamento, para as mulheres, ocorre via mudança no paradigma da dominação tradicional dos homens sobre as mulheres.

Às mulheres deve ser garantido direito sobre seus corpos, sua sexualidade, a ir e vir e a decisões em pé de igualdade no âmbito familiar, pois particularmente esse último, a mulher sempre foi subjulgada, tendo papel secundário, pois a ela lhe é imputada a incumbência de zelar pela “harmonia do lar”. (COSTA, 2000, P. 44).

Segundo Sen (1997, apud Moreira et. al., 2012, p. 409), o trabalho que deve ser desenvolvido com as mulheres para empoderá-las deve ser focado na: “[...] educação e emprego (de maneira a fortalecer sua autonomia) seria o primeiro passo para aumentar seu poder de voz dentro e fora da família e permitir sua inclusão em um debate que as excluía”.

Trazendo essa realidade para o Brasil, ou melhor, para as políticas públicas de assistência social, Lavinias e Nicoll (2006, p. 41) defendem que,

o Estado possui um papel fundamental em relação a essa problemática, pois a partir do momento em que o mesmo viabiliza políticas públicas, através de: creches, escolas em tempo integral, centros de convivência intergeracional, essa realidade pode ser alterada.

Como observado, as autoras argumentam que essa realidade pode ser transformada, pois dará condições para que as mulheres possam se inserir em alguma profissão e por consequência, possibilitará mudar essa realidade, que assola boa parcela da população brasileira, qual seja a pobreza ou extrema pobreza familiar.

Portanto, para Lavinias e Nicoll (2006, não é citação direta), mais importante que programas de transferência de renda, é o dever do Estado de proporcionar

mecanismos para que as mulheres possam ter autonomia, para que possam sair do mundo privado, visando mudar o olhar da sociedade perante as mesmas, como sujeitos que devem cuidar do “lar”.

Com relação ao Bolsa Família, as autoras acreditam que o programa possui a potencialidade de proporcionar certas autonomias, tanto da mulher como dos outros membros da família, a partir de um olhar sob o indivíduo e da perspectiva de gênero, orientada para a promoção de igualdades ou equidades.

Para Fialho (2007, p. 65), que realizou estudos sobre “os efeitos do PBF na condição de vida das mulheres”,

o programa, traz efeitos positivos nas relações de poder das mulheres, a partir de estudos foi possível confirmar que o benefício mudou a posição de inferioridade, da mulher, em relação aos demais membros da família, principalmente, sobre o poder simbólico, pois a família passou a respeitá-la mais.

Retomando Suárez e Libardoni (2007), para essas, o fortalecimento da identidade feminina é indiscutível, o Programa Bolsa Família veio fortalecer a condição social de quem, por orientação cultural, está posicionado da maneira mais adequada para zelar pelas crianças e de quem assenta seu prestígio de bom desempenho da maternagem.

As autoras, afirma que, “a percepção que cada um constrói sobre o significado do PBF, é formulado de acordo com os ordenamentos mentais e significados de cada indivíduo beneficiado pelo programa”. (SUÁREZ E LIBARDONI (2007, p. 135)

Segundo Silva et. al (2008), devido a centralidade que a família possui na Política Social brasileira, em especial, na Política de Assistência Social, é de extrema relevância que para a construção dessa Política, seja levado em consideração as diferentes perspectivas analítica sobre o papel da família bem como, seu formato.

Pochmann (2009, p. 49) afirma que, “os programas sociais em especial, o PBF, passou a garantir aos beneficiados, um poder de comprar que em um passado recente não existia em nosso País”.

O autor ainda embasa sua afirmação defendendo que, esse poder de compra se deve principalmente a um aumento da cobertura dos programas de transferências

de renda não contributivas, especialmente, do PBF, tendo em vista o universo de beneficiados em todo o País.

Já Durieux (2011, p. 61) concluiu que,

os programas de transferências de renda, como o Bolsa Família, são necessários, já que os mesmos têm se firmado como agente de redução da pobreza, como programa impulsionador do desenvolvimento social, como propulsor da economia.

Ainda segundo a autora, esta complementa, ponderando que, esses programas, precisam ser integrados a um conceito mais abrangente de seguridade social e para que isso aconteça, é necessário a implantação de políticas públicas estruturais que tenham por base a efetivação de um amplo leque de direitos, como por exemplo, acesso à terra, a educação, a saúde, ao trabalho, ao lazer e a moradia.

Para Moura (2015, p. 9), no Brasil, “as políticas de assistência social, estão disponíveis somente para as famílias que não obtêm êxito no seu sustento, e ainda assim, de forma focalizada e restrita”. Tal postura da política brasileira, se deve a aspectos característicos do avanço neoliberal, que prioriza a área econômica em detrimento da esfera social.

Moura (2015, p. 9), pondera que,

a mulher torna-se a figura que carrega tal responsabilidade, devido a uma construção histórica da figura feminina como mantenedora da ordem familiar, atuando, assim, no cuidado e administração dos problemas do lar. Para o homem, lhe é imputada a incumbência de sustentar financeiramente a família através do trabalho.

Acerca dessa construção histórica do papel que a mulher “deve” ocupar na família, acreditamos que, justamente o empoderamento, é uma ferramenta extremamente valiosa e que deve ser trabalhada pelo governo, para que seja mudada tal realidade, principalmente das famílias que estão na condição de pobreza ou extrema pobreza e não possuem acesso a informação.

Além dos teóricos já apresentados até aqui, Mariano e Carloto (2009), também fazem uma análise da temática abordada no presente trabalho, que acreditamos ser importante registrarmos. Sendo assim, de acordo com as mesmas:

Os programas brasileiros de transferência condicionada de renda veem as mulheres como foco prioritário, e até objeto, de suas intervenções com vistas ao combate à pobreza. A mulher, a partir de seus papéis na esfera doméstica ou de reprodução, tem sido, portanto, a interlocutora principal dessas ações, tanto como titular do benefício quanto no cumprimento das condicionalidades impostas. (MARIANO; CARLOTO, 2009, p. 901)

Correlacionando as falas das autoras, com o que já foi discorrido até o presente momento nos chamaram à atenção, o fato de que muito embora as mulheres tiverem ganhado espaços cada vez mais significativos, seja no âmbito doméstico ou até mesmo profissional, essas continuam ocupando um papel central na família, tanto é verdade que, para as mesmas, as mulheres são as principais interlocutoras das políticas de assistência social, especialmente quando se trata do Programa Bolsa Família, pois a grande maioria dos titulares do benefício é constituído por mulheres, sendo essas também responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades⁹ que o programa exige para permanecerem inseridas no mesmo.

Outro dado extremamente importante que é trazido por Mariano e Carloto (2009) se refere ao perfil socioeconômico dos indivíduos beneficiados pelo PBF, principalmente por ficar visível a questão de gênero, portanto, a grande maioria da parcela que compõem os beneficiários do programa possui sexo e cor, haja vista que, são do sexo feminino e negras. Sobre esse dado específico, o perfil desses sujeitos, Mariano e Carloto (2009, p. 902) colocam que a presença mais notável de:

[...] mulheres negras entre as pessoas pobres é reflexo de um processo histórico de (re) produção de desigualdades sociais. Essas desigualdades têm como eixos estruturantes os marcadores sociais como gênero e raça- etnia, os quais orientam a construção da cidadania e a efetivação de direitos no Ocidente. Portanto, sexo e cor são também definidores das desigualdades sociais.

Fazendo uma leitura das palavras das autoras supracitadas, entendemos que existe um perfil específico no Brasil, da população pobre, a qual é um reflexo da história de nosso País, e vem perpassando gerações, ao longo dos tempos, em especial, as mulheres negras.

As mesmas autoras, ainda trazem outra reflexão crítica que achamos importante trazermos, qual seja, à cobrança que é feita pelo Estado, para que essas mulheres pobres possam estar recebendo, tendo em vista que, essas passam a ser ainda mais responsabilizadas pela reprodução social, pois o governo cobra das mesmas a execução de:

[...] tarefas relacionadas ao cuidado de crianças, adolescentes, idosos, doentes e pessoas com deficiência. Igualmente, convoca as mulheres para a participação em atividades extras, como, por exemplo, grupos de geração de trabalho e renda (com duvidosa potencialidade para a melhoria do bem-

⁹As condicionalidades exigidas para que as beneficiarias continuem inseridas no Programa Bolsa Família, é tratado no próximo capítulo deste trabalho.

estar) e grupos de ações educativas, sendo estas, via de regra, relacionadas às tarefas reprodutivas (MARIANO; CARLOTO, 2009, p. 902).

Portanto, ao aprofundarmos a análise sobre o PBF, sob a ótica de Mariano e Carloto (2009), o mesmo é de extrema importância para o combate à pobreza; todavia, devido as suas condicionalidades, também fortalecem mecanismos que reforçam a tradicional associação da mulher com a maternidade e as tarefas pertencentes ao âmbito reprodutivo.

Sobre essa questão Mariano e Carloto (2009), apresentam dados quantitativos. Assim, as mesmas autoras recordam, acerca do número de beneficiados pelo Bolsa Família que, no Brasil:

[...] 22,3% das famílias eram chefiadas por mulheres em 1993. No ano de 2007 essa proporção aumentou para 33%. [...] a chefia familiar feminina está mais presente, perceberemos diferenciais significativos entre as famílias com rendimento familiar por pessoa de até ½ salário mínimo e as famílias com renda superior a 2 salários mínimos. No primeiro estrato social, as famílias chefiadas por mulheres cresceram de 25,57% para 37,7%, o que representa um aumento de 47,43%. No segundo estrato social, as famílias chefiadas por mulheres cresceram de 17,54% para 25,54%, o que representa um aumento de 45,61%. (MARIANO; CARLOTO, 2009, p. 903)

Como observado, os dados apresentados pelas autoras deixa claro que, o extrato social no qual existe um crescimento maior de mulheres chefes de família se encontra nas famílias, pobres ou extremamente pobres, com renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo. Assim, compreendemos que o perfil socioeconômico, de um modo geral, das mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família é: pobre ou extremamente pobre e negras. Além disso, Mariano e Carloto (2009) afirmam que, boa parte dessas famílias são monoparentais.

Como forma de complementar os dados, supracitados, as mesmas autoras afirmam ainda que: “[...] 11,7% dos domicílios urbanos em favelas são chefiados por mulheres brancas, enquanto 26% deles são chefiados por mulheres negras”. (MARIANO; CARLOTO, 2009, P. 904)

Assim, resumidamente, compreendemos, que esse problema social, que assola uma parcela significativa da sociedade brasileira é uma temática que deve ser considerada, para fins de enfrentamento a partir da perspectiva de gênero e etnia.

No caso específico dos Programas de Transferência de Renda, em especial, o Bolsa Família, observamos que suas ações estão focadas na família; no entanto, quem é responsável pelo mesmo, na grande maioria dos casos são as mulheres.

Segundo as palavras de Mariano e Carloto (2009), a defesa da família como foco de preocupação é uma característica constitutiva de políticas de combate à pobreza, principalmente do PBF, a gerência do recurso para beneficiar a:

[...] família, principalmente as crianças, tem sido citada por diferentes autores e gestores dos programas de combate à pobreza, nos diferentes escalões, desde o âmbito federal até o municipal, e é nesse sentido que tem recaído sobre a mulher a preferência pela titularidade do benefício. As mulheres, na sua grande maioria, realmente utilizam o benefício para melhoria das condições de vida da família, em particular das crianças, nos quesitos alimentação, vestuário, compra de material escolar, mobiliário para a casa e material de construção para melhoria das condições físicas da casa (MARIANO; CARLOTO, 2009, p. 906)

Ao passarmos os olhos sobre as afirmações das mesmas autoras, nos chama à atenção o fato dessas trazerem informações acerca dos recursos do referido programa, os quais Mariano e Carloto (2009), registram que são empenhados, pelas mulheres chefes de família, para a melhoria das crianças, gastando com alimentação, vestuário, material escolar e até mesmo em melhorias na sua residência.

A respeito dessas colocações, é importante deixarmos registrado que foram confrontadas com o perfil socioeconômico das mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do CRAS Aracapé, disposto no último capítulo deste trabalho monográfico.

Por fim, antes de adentrarmos nas falas das mulheres entrevistadas, no próximo capítulo, discorreremos, de forma breve, como foi criado o Programa Bolsa Família, sua origem, bem como as condicionalidades que o mesmo exige para que as famílias beneficiadas possam continuar inseridas no programa.

3. POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Neste capítulo discorreremos de forma breve as políticas de transferência de renda no Brasil, dando especial atenção ao Programa Bolsa Família, o qual tem sido uma importante ferramenta de política pública de redistribuição de recursos para a população que vive em situação de pobreza ou de extrema pobreza em nosso país.

3.1. O Programa Bolsa Família

A partir dos anos de 1970, com a emergência de uma classe operária o país passa a desenvolver programas sociais. Foi somente no período da ditadura militar que esses programas passaram a ganhar corpo, como forma de minimizar a forte repressão sobre a classe trabalhadora e sobre os setores populares.

A década de 1980 foi marcada pela ampliação e união dos movimentos sociais, por garantia de direitos sociais que culminou na construção da Carta Magna no ano de 1988, a qual ampliou os direitos sociais.

Segundo Santos (1987, p. 55), para compreendermos o que ocorreu nos anos de 1980, no Brasil, é preciso termos em mente que,

naquele momento histórico nosso país estava passando por profundas mudanças sociais, políticas e institucionais, devido ao empenho da sociedade como um todo pela democracia. Nesse cenário, foram travados embates entre o poder estatal, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que visava assegurar a participação da sociedade nos processos decisórios da gestão e controle dos recursos públicos.

Santos (1987) lembra ainda que, esse processo de mudanças é fruto do contexto de luta e mobilização dos mais diversos segmentos sociais e entidades da sociedade civil, organizados, a partir da década de 1970, em prol da conquista de melhores condições de vida e da necessidade de democratização do Estado que culminou na construção da Constituição Federal de 1988, quando foi criada a:

[...] Seguridade Social na Constituição brasileira de 1988, compondose da Política de Saúde, da Previdência Social e da Política de Assistência Social, representa uma conquista no campo da proteção social. Isso permitiu que a Assistência Social passasse a ser considerada uma política de direito, procurando romper com a cultura do favor, fazendo de todos, mesmo os excluídos do mercado de trabalho, um cidadão brasileiro. (SANTOS, 1987, p. 55)

Ainda de acordo com a autora, é nesse contexto que a partir de 1991, o Brasil, passa a debater a possibilidade de criar Programas de Transferência de

Renda. Sendo que, tais programas já haviam sido implantado em diversos países da Europa nos anos de 1930, como por exemplo, na Dinamarca no ano de 1933, no Reino Unido em 1948, e na Alemanha Federal em 1961.

Segundo Silva (2007, p. 116), no Brasil,

os Programas de Transferência de Renda começam a ganhar contornos a partir de 1991, quando foi apresentado e aprovado, no Senado Federal, o Projeto de Lei n. 80/1991 do senador Eduardo Suplicy, o qual propunha a criação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM).

Vale destacarmos, que o primeiro Programa de Transferência de Renda brasileiro, “propunha-se a beneficiar brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade, com uma renda que correspondesse a 2,25 salários mínimos, em valores de 2005”. (SILVA, 2007, p. 116).

A partir desse marco histórico, no Brasil ocorreram proposições de Programas de Renda Mínima/Bolsa Escola, como por exemplo, a proposta para unificar os inúmeros programas criados por governos municipais, estaduais e pelo governo federal e aprovação de uma Renda de Cidadania (SILVA, 2007).

As afirmações supracitadas ficam evidentes ao observarmos as colocações de Silva et al. (2008). Segundo essas autoras, os programas de transferência condicionada à renda inserem-se:

[...] em um novo padrão de programas sociais voltados à população mais pobre. Inspirados no projeto de imposto de renda negativo do senador Eduardo Suplicy, esses programas surgiram como políticas de combate à pobreza primeiro no plano local, em meados dos anos de 1990, como ações de garantia de renda mínima ou do tipo “bolsa escola”, destacando-se as experiências pioneiras de Campinas, Distrito Federal, Ribeirão Preto e Santos. Os programas federais vieram depois, primeiro com o Programa Bolsa Escola, em 2001, no governo FHC, e depois com a unificação das diversas ações e o aumento de seu escopo e relevância, no âmbito do Programa Bolsa Família, em 2003, já no governo Lula. De experiências pioneiras e pontuais, os programas de transferência de renda tornaram-se o “carro-chefe” da rede de proteção social brasileira (SILVA ET AL, 2008, p. 116).

Como pode ser observado, por meio das colocações das autoras supracitadas, o ano de 1991, representa um marco para o Brasil, quando se trata de Programas de Transferência de Renda. Esse primeiro momento ficou marcado pelo início de um debate acerca dessa temática, sendo que, ainda no mesmo ano ocorreu uma inovação no programa a partir da introdução da ideia de articulação da garantia de uma renda mínima familiar com a educação.

Assim, surgiu a proposta de uma transferência monetária equivalente a um salário mínimo a toda família que mantivesse seus filhos ou dependentes de sete a catorze anos de idade frequentando regularmente a escola pública.

Diante do que foi exposto até o presente momento acerca dos Programas de Transferência de Renda, chamamos à atenção para o vínculo com a escola pública a garantia de focalização dos programas de renda mínima nas famílias pobres, cujo objetivo foi instituir uma política social que, no curto prazo, amenizasse as famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Segundo Silva (2007, p. 116),

o pensamento existente por trás da criação dos programas de Renda Mínima no Brasil eram basicamente dois, quais sejam: o primeiro considera que o custo oportunidade para as famílias pobres mandar seus filhos na escola é elevado, considerando a renda das mesmas extremamente baixa; o segundo argumento, que embasou a criação desses programas diz respeito a questão da educação.

Segundo os idealizadores desses programas, o baixo nível educacional é um dos fatores que impede o aumento da renda das famílias beneficiadas por esses programas.

Portanto, para a autora, os Programas de Transferência de Renda, ao mesmo tempo em que transferem um certo numerário para as famílias beneficiadas em contrapartida exige que as mesmas mantenham seus filhos na escola, caracterizando assim uma segunda política existente por de trás da Transferência de Renda, qual seja, a política estruturante ligada a educação.

Assim, em 1996 são iniciadas as primeiras experiências em Programas de Transferência de Renda de iniciativa do governo federal, com a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e com o início da implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). (SILVA, 2007, p. 116).

Já no ano de 2001, as mesmas autoras elucidam que, ocorreu uma expansão nos Programas de Transferência de Renda, destacamos a criação do Programa Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Vale ressaltar que “tais programas forma implementados de modo descentralizado e contemplaram a grande maioria dos municípios brasileiros”. (SILVA, 2007, p. 116).

Ainda de acordo com a autora que fez uma reconstrução histórica dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, no ano de 2003, no primeiro

mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreram mudanças quantitativas e qualitativas nas Políticas Públicas de Transferência de Renda, tendo em vista que, o governo passou a priorizar o enfrentamento do problema da fome e da pobreza no país. Segundo Silva (2007, p. 1.432) devemos entender essas Políticas Sociais como importantes mecanismos para o enfrentamento da pobreza desde que:

[...] articuladas à Política Econômica. Isto é, uma Política Econômica que considere a redistribuição de renda no país, a valorização da renda do trabalho, a geração de emprego, a proteção social do trabalhador, a inclusão de todos os trabalhadores formais ou informais, da cidade e do campo, num sistema nacional universal de Previdência Social, a efetivação de reforma agrária com assistência ao trabalhador do campo. Todavia, há de se considerar que, apesar da prioridade estabelecida e da instituição da Estratégia Fome Zero, principal política de enfrentamento à pobreza do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o governo terá ainda uma grande tarefa nessa direção no seu segundo mandato, iniciado em janeiro de 2007. Convém, todavia, assinalar que as Pesquisas de Amostra por Domicílio 2004 e 2005, desenvolvidas pelo IBGE, vêm indicando redução nos níveis de pobreza e de desigualdade social da população brasileira, embora entenda que essa redução é ainda muito tímida se considerada a realidade brasileira.

Observamos que, as Políticas de Transferência de Renda a partir do Governo Lula deram um salto qualitativo, pois passou a priorizar o combate à fome, tendo conseguido alcançar seus objetivos, tendo em vista que, segundo pesquisa realizada pelo IBGE, entre os anos de 2004 e 2005 houve uma redução da pobreza e da desigualdade social.

Assim, no ano de 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, foi criado o Programa Bolsa Família, que posteriormente foi regulamentado pela Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Dessa forma, vale ressaltarmos que o programa foi criado por força de Lei. (BRASIL, 2004).

Silva (2007, p. 1.433), lembra que o Programa Bolsa Família unificou outros Programas de Transferência de Renda, a saber: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação, todos criados no período de 2001 a 2003. Para a mesma autora, ao se constituir o Programa Bolsa Família:

[...] não apenas se racionalizou o provimento de um mecanismo de transferência de renda na sociedade brasileira, como também se consolidou uma forma de benefício não vinculado aos riscos inerentes às flutuações do mercado de trabalho, uma forma de enfrentar o problema da pobreza para parcela da população trabalhadora ou não (SILVA, 2007, p. 1.433).

O PBF se constituiu no programa mais importante de combate à pobreza no Brasil, tendo em vista que o mesmo não está atrelado às flutuações do mercado de

trabalho, pois independentemente dos beneficiários estarem ou não inseridos no mercado de trabalho, seja formal ou informal, o benefício leva em conta a renda total da família.

Silva (2007, p. 116) lembra que, “o PBF foi concebido sob a perspectiva de responsabilidade compartilhada entre a União, estados, municípios e a sociedade”. Sendo uma implementação dada por meio descentralizado, onde os municípios que devem aderir ao programa, necessariamente necessitam atender a dois requisitos básicos, quais sejam: a existência formal e o pleno funcionamento de um comitê ou conselho local de controle social; e a indicação do gestor municipal do programa. Sendo necessária ainda a assinatura de um termo de adesão ao programa pelo município. Assim, os objetivos do programa, segundo o MDS (2006), são:

[...] combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram. (BRASIL, 2006, p. 249)

Ao refletirmos acerca do PBF, observamos que o mesmo visa não apenas o combate à fome, por meio de transferência de renda, mas também, as desigualdades sociais por meio da garantia de acesso a direitos sociais básicos, como por exemplo, à saúde, a educação a assistência social e a segurança alimentar. Portanto, visa dar suporte para que esse grupo populacional que se encontra nessa situação possa voltar a ter seu direito à cidadania garantida.

Quanto aos critérios de elegibilidade do PBF dependiam da condição de renda das famílias e, entre as condicionalidades para sua permanência no programa, está o cumprimento de certas tarefas relacionadas à frequência escolar e aos cuidados com a saúde de seus membros.

Em relação à renda, de acordo com o *site* do MDS¹⁰ que traz os valores atualizados para o ano de 2016, o Programa Bolsa Família, classifica as famílias em duas situações, quais sejam: Famílias que vivem em situação de extrema pobreza,

¹⁰ As informações atualizadas sobre os valores pagos as famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza foram reajustadas no mês de julho de 2016 em 12,5%. Disponível em: <https://www.programabolsadafamilia.com.br/valores-do-bolsa-familia-2016-atualizadoscomoaumento/>. Acesso em: 08 de nov. de 2017.

são aquelas que possuem renda per capita¹¹ familiar igual ou inferior a R\$ 77,00; e Famílias pobres, são aquelas que possuem renda per capita familiar entre R\$ 78,00 a R\$ 154,00 e que tenham em sua constituição gestantes, crianças ou adolescentes de até 15 anos.

Ainda segundo a mesma fonte de pesquisa, as famílias que estão em situação de pobreza têm direito ao benefício variável de R\$ 39,00, por cada gestante, nutriz, criança e adolescente. No segundo grupo, que contempla as famílias em situação de extrema pobreza, é concedido o benefício mensal fixo de R\$ 85,00. Lembramos ainda, que independentemente das famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza, cada grupo familiar pode acumular no máximo 5 benefícios por mês podendo chegar ao limite de R\$ 195,00. Já as famílias, independentemente de estarem em situação de pobreza ou extrema pobreza, que possuem em sua composição familiar, jovens entre 16 e 17 anos possuem o direito de receber o valor de R\$ 46,00 por mês, podendo acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 92,00.

Acerca dos valores repassados a esses dois grupos de famílias Silva (2007), pondera que além da centralidade dada à renda para qualificar as famílias pobres e extremamente pobres:

[...] o patamar de renda indicado para inclusão é muito baixo. Isso faz com que, mesmo que o programa consiga alcançar todas as famílias brasileiras com renda *per capita* de R\$ 120,00, fica limitado ao atendimento do que se pode considerar da extrema pobreza. Ademais, na medida em que o benefício da transferência monetária é em média R\$ 61,43 mensais por família, estas estão destinadas a permanecer num nível de extrema pobreza, com poucas possibilidades de autonomização pelos limites de oportunidades concretas de inserção em políticas estruturantes, como o trabalho, e devido a situações decorrentes dos próprios traços da população atendida: pobreza severa e estrutural, baixo nível de qualificação profissional e de escolaridade dos adultos das famílias, além de limitado acesso a informações. (SILVA, 2007, p. 1436)¹²

¹¹A renda per capita familiar é o somatório da renda individual dos moradores do mesmo domicílio. A Renda familiar per capita é calculada dividindo-se o total de renda pelo número de moradores de uma residência. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/beneficios-sociais/bpc/como-calcular-a-renda-per-capita-familiar>. Acesso em: 08 de nov. de 2017.

¹² É importante deixarmos registrado que muito embora os valores acerca do benefício recebido pelas mulheres que são contempladas pelo Programa Bolsa Família colocados por Silva (2007) estejam desatualizadas as colocações da mesma autora continuam sendo muito pertinentes quando a temática é o PBF. De acordo com o site do MDS, que dispõe de dados atualizados dos valores pagos no ano de 2016, a renda per capita das famílias que estão inclusas do programa atualmente é de R\$ 154,00 e a transferência monetária é em média R\$ 182,00 mensais por família. Disponível em: <https://www.programabolsadafamilia.com.br/valores-do-bolsa-familia-2016-atualizadoscomoaumento/>. Acesso em: 08 de nov. de 2017.

A autora supracitada faz uma crítica ao programa no que se refere aos valores transferidos para cada família, ao afirmar que os mesmos são extremamente baixos. Muito embora seja um importante mecanismo de auxílio a essas pessoas, o mesmo, não é suficiente para retirar as famílias da condição de pobreza ou extrema pobreza. Além disso, a mesma autora chama à atenção para o fato do perfil socioeconômico desses dois grupos, os quais possuem baixa escolaridade e por consequência baixa qualificação profissional e acesso limitado à informação, portanto, ao acesso a garantia de direitos.

Contracenando com as críticas feitas pela autora supracitada, é interessante apresentarmos o que o MDS (2006) argumenta sobre o PBF. Tendo em vista que segundo o mesmo órgão, o programa, muito embora seja restrito como Silva (2007) colocou, vem ampliando seu público alvo, tendo em vista que, o mesmo passou a incluir o atendimento de famílias sem filhos, bem como as comunidades tradicionais quilombolas, as famílias indígenas e os moradores em situação de rua. Além disso, o MDS (2006) ressalta que as famílias possuem liberdade para utilizarem o numerário recebido podendo permanecer no programa enquanto houver a manutenção dos critérios de elegibilidade. (BRASIL, 2006)

Outro aspecto ressaltado pelo MDS (2006) se refere às ações complementares que o programa oferece no campo da educação, saúde e trabalho. Ações essas que visam possibilitar que:

[...] crianças e jovens de seis a quinze anos tenham acesso a escolas e a postos de saúde e os adultos da família, acesso à alfabetização, capacitação profissional, pequeno crédito, além de serem oferecidas ações de saúde para mulheres grávidas, objetivando integrar esforços para permitir a autonomização das famílias. (BRASIL, 2006, p. 254)

Ao analisarmos as colocações acerca dos avanços do PBF, percorridos pelo MDS (2006), com as críticas feitas por Silva (2007), é possível afirmarmos que, muito embora os valores monetários transferidos para o grupo populacional brasileiro que se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza sejam baixos, o governo federal vem atuando em diferentes frentes no combate à pobreza, para tanto, tem lançado mão de projetos de alfabetização, capacitação profissional e de linhas de crédito, visando proporcionar a essas pessoas condições para que saiam dessa situação. Segundo Senna et al (2007) que também faz uma reflexão acerca dos programas ofertados pelo Bolsa Família é preciso considerar:

[...] que a perspectiva de inclusão social ao Bolsa Família está também ancorada na oferta de programas complementares (tais como programas de geração de emprego e renda, cursos profissionalizantes, microcrédito, compra de produção agrícola, oficinas de 'empreendedorismo' e apoio a iniciativas de economia solidária, entre outros) que, em tese, deve ser implementada de forma cooperativa entre os diferentes níveis de governo e com base na intersectorialidade das ações. (SENNA ET AL, 2007, p. 90)

Ao refletirmos acerca das questões colocadas pelas autoras, compreendemos que as ações básicas de saúde e educação, quando empregadas de forma isoladas não são suficientes para alcançar os objetivos do Programa Bolsa Família.

Além disso, compreendemos que a relevância das ações complementares, não são obrigações dos entes federados, portanto não possuem contrapartidas. Sendo apenas consideradas, pelos governos, como porta de saída do programa e da situação de pobreza. Quanto aos critérios de elegibilidade do programa Silva (2007, p. 1.434), afirma que a operacionalização das:

[...] condicionalidades permitiu um segundo passo na garantia de acesso aos direitos fundamentais e de melhoria das condições de vida e das oportunidades das famílias beneficiárias. As condicionalidades têm permitido, ao contrário do que recebiam alguns, a ampliação do patamar de proteção e de compromisso do poder público.

Conforme a Cartilha do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2006), as condicionalidades do PBF, são um elemento estruturante do programa, pois as mesmas: “[...] representam contrapartidas com vistas a certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas e representam o exercício de direitos para que as famílias possam alcançar autonomia e conseqüente inclusão social sustentável” (BRASIL, 2006, p. 257). Vejamos assim, quais são as condicionalidades impostas pelo programa:

- a) Na área da educação, frequência mínima de 85% da carga horária mensal de crianças ou adolescentes de seis a quinze anos de idade que componham as famílias beneficiárias, matriculadas em estabelecimento de ensino; b) Na área da saúde, o cumprimento da agenda de saúde e nutrição para famílias beneficiárias que tenham em sua composição gestantes, nutrízes e ou crianças menores de sete anos, constituída principalmente por exame de rotina, pré-natal, vacinação e acompanhamento nutricional das crianças. (BRASIL, 2006, p. 258)

Ao passarmos os olhos sobre as condicionalidades do programa, chamamos à atenção para o fato dessas abrangerem duas diferentes áreas de políticas públicas, quais sejam: educação e saúde.

Portanto, ao mesmo tempo em que o PBF, transfere renda às famílias brasileiras que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza, também impõe condições que visam auxiliar esses indivíduos a saírem dessa situação. Para tanto, busca por meio de a educação melhorar a condição socioeconômica dessas pessoas. Além disso, visa à saúde da família por meio de acompanhamento pré-natal, para as mulheres gestantes, exames de rotina e programas que realizam acompanhamento nutricional.

Outro aspecto do Programa Bolsa Família que acreditamos ser relevante realizarmos uma discussão neste trabalho se refere às sanções que o mesmo coloca as famílias beneficiadas que não cumprirem com as condicionalidades. Evidenciando assim, que as contrapartidas exigidas pelo governo federal devem ser cumpridas, demonstrando assim que o referido programa não é meramente assistencialista como uma parcela da sociedade afirma embasada apenas pelo senso comum.

Acerca dessa questão, Senna et al. (2007, p. 89), afirmam que

a legislação que define a gestão do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família é bastante minuciosa, recaíndo a responsabilidade e o papel a ser desempenhado sobre os três níveis de governo na implementação das condicionalidades. Sobretudo, a responsabilidade sobre o município que deve ofertar os serviços por meio da intersetorialidade além de gerir e acompanhar as obrigações impostas por meio das condicionalidades às famílias beneficiárias.

Senna et al. (2007, p. 89) lembra que, “as famílias que não cumprirem as condicionalidades estão sujeitas a uma série de sanções, que vão desde o bloqueio do benefício por 30 dias até o seu cancelamento”. Além disso, a ausência de registro do resultado do acompanhamento das condicionalidades nos sistemas de informação, definidos pelo ministério da educação e saúde, poderá também acarretar em bloqueio e perda do benefício, a critério do MDS.

As autoras lembram ainda, que a legislação preserva as famílias de qualquer sanção somente quando fica comprovado que o cumprimento das condicionalidades foi prejudicado em razão de problemas relativos à oferta de serviços por parte dos municípios.

Abstraindo as observações de Senna et al. (2007), entendemos que as famílias sejam punidas em razão da incapacidade de muitos municípios em manter atualizado o repasse de informação para o MDS, tendo em vista que, as mesmas

autoras afirmam que muitos municípios brasileiros: “[...] ainda têm apresentado muitas fragilidades na oferta de serviços de educação e saúde, comprometendo o processo de implementação das condicionalidades do PBF” (SENNA ET AL, 2007, p. 90).

As autoras argumentam ainda, que a principal polêmica, colocada pelos estudiosos do tema, sobre as condicionalidades do PBF estão atreladas ao reconhecimento de que as mesmas têm potencial de pressionar a demanda sobre os serviços de educação e saúde, o que de certa forma é algo positivo, pois levaria os municípios a buscarem sanar deficiências que possam existir nessas áreas.

Quanto a questão da descentralização e intersetorialidade que engloba o PBF, Senna et al (2007, p. 91) defende que, o programa depende: “[...] da ação coordenada dos três níveis de governo e de diversos setores governamentais e não governamentais”.

Acerca dos benefícios da descentralização Arretche (2000, p. 58) defende que, como o PBF é descentralizado isso levou a um aumento da autonomia, principalmente dos municípios, favorecendo a ampliação dos espaços de: “[...] participação de experiências inovadoras em relação aos programas sociais”.

Sendo assim, a autora chama à atenção para o fato, do Programa Bolsa Família, ter dado ênfase à gestão compartilhada famílias beneficiárias, o que é algo importante pois acaba fomentando à cooperação intergovernamental.

Diante do que foi exposto até o presente momento, esse estudo, passa a discorrer sobre a implementação do Programa Bolsa Família no CRAS Aracapé, bem como a visão das mulheres beneficiadas pelo referido programa, conforme segue no próximo capítulo.

4. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CRAS

Este capítulo trata do campo da pesquisa desse estudo, o qual foi realizado no CRAS Aracapé, localizado na cidade de Fortaleza. Além disso, correlacionamos os relatos das mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família com os teóricos trazidos no bojo desse TCC. Concomitantemente, discorreremos também nossas observações obtidas quando estivemos no referido CRAS.

4.1. O CRAS Aracapé

O equipamento social, CRAS Aracapé, foi implantado em março de 2010, estando localizado na rua C, nº 176, no Conjunto Aracapé, comunidade pertencente ao bairro Mondubim. O referido CRAS, foi construído como resposta à grande demanda daquela comunidade por esse tipo de equipamento social, através do Orçamento Participativo de 2007.

Segundo nos foi informado pela Coordenadora do CRAS, a partir de janeiro de 2010, a equipe técnica passou a realizar visitas às instituições locais (governamentais e não governamentais), como forma de divulgar os serviços e identificar as vulnerabilidades existentes naquela comunidade.

Ainda de acordo com a mesma fonte, em outubro de 2014, o referido equipamento passou a funcionar e atender a população em novo endereço, rua N, nº 515, no Parque Montenegro II bairro vizinho ao Conjunto José Walter; no entanto, como forma de minimizar os efeitos da mudança de endereço, a gestão municipal optou por manter o nome do equipamento referenciando o antigo bairro.

Vale deixarmos registrado, que de acordo com a Secretária de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA) de Fortaleza, existe um projeto para que seja construído um novo CRAS no bairro Aracapé. Sendo que o terreno para a construção de um novo equipamento social já existe, tanto que, em janeiro de 2016 a prefeitura municipal de Fortaleza assinou a ordem de serviço para construção do no CRAS. (FORTALEZA, 2015)

Com relação ao CRAS Aracapé, que foi nosso campo de pesquisa, conforme já mencionamos, o mesmo, está funcionando no Parque Montenegro II. No entanto, devido à alteração de endereço será realizada uma nova territorialização, tendo em

vista que, nos últimos anos houve um aumento significativo na demanda pelos serviços oferecidos por esse tipo de equipamento social.

Quanto ao espaço físico do CRAS, observamos que o mesmo está subdividido em piso inferior e superior, da seguinte forma: no piso inferior funciona, 01 (um) salão onde as famílias inicialmente são acolhidas e organizadas para o atendimento; 01 (uma) sala para atendimento técnico individualizado; 01 (uma) cozinha e 02 (dois) banheiros (masculino e feminino); no piso superior, existe 01 (uma) sala para o serviço de Cadastro Único, 01 (um) salão para as atividades coletivas, 01 (uma) sala para as atividades administrativas, 01 (uma) copa e 02 (dois) banheiros.

Verificamos que, atualmente a equipe do CRAS é composta pelos seguintes profissionais: 01 (uma) coordenadora, 02 (duas) assistentes sociais, 01 (uma) psicóloga, 01 (uma) terapeuta ocupacional, 01 (um) apoio administrativo 03 (três) educadoras sociais, 04 (quatro) codificadores de dados, 01 (uma) manipuladora de alimentos, 01 (um) motorista, 01 (uma) serviços gerais e 02 (dois) porteiros.

Destacamos que o cargo de coordenador é comissionado, os profissionais de nível superior e educadores sociais foram contratados por meio de seleção pública, realizada em 2016 com validade até meados de 2018. Já os demais profissionais, são terceirizados, com contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e carga-horária de 40 horas semanais. Somente os cargos de manipulador de alimentos, serviços gerais e motoristas possuem carga horária de 44 horas semanais.

Assim, por meio dessa equipe multiprofissional, supracitada, o CRAS Aracapé, garante o atendimento às demandas espontâneas ou por busca ativa até o local dando encaminhamento as mesmas.

Quanto ao atendimento, as famílias, conforme nos relatou a Coordenadora, essas são inseridas no Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF), seja por meio de atendimento particularizado e/ou grupo. Além disso, outro serviço oferecido pelo CRAS é o Serviço e Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e idosos, esse serviço se dá por meio de encontros semanais que ocorrem duas vezes por semana. Visando minimizar o impacto da mudança de endereço, a SETRA, deliberou que fossem realizadas no âmbito do SCFV, atendimento para crianças de 6 a 9 anos na Escola Municipal João Hildo, localizada no bairro Aracapé.

Todavia, é importante deixarmos registrado que, o SCFV, de 6 a 9 anos e 10 a 13 anos, também é realizado no Condomínio III do Conjunto Habitacional Cidade Jardim, sendo o único SCFV que é realizado no próprio equipamento é o dos idosos.

Vale ressaltar, que muitas das atividades oferecidas pelo CRAS são externas devido à dificuldade de acesso ao local, pois as paradas de ônibus ficam distantes da sede, todavia o equipamento social está localizado em uma zona de maior vulnerabilidade do território referenciado.

Outro aspecto importante e que acreditamos ser necessário deixarmos registrado diz respeito ao número de bairros atendidos pelo CRAS Aracapé, os quais totalizam (5) cinco bairros, quais sejam: Mondubim (Conjunto Aracapé, Parque Aracapé, Conjunto Mondubim, Conjunto Arvoredo, Conjunto Renascer, Sítio Córrego e Curupião), Planalto Ayrton Senna, José Walter, Parque Montenegro I e II e Cidade Jardim. Todos localizados no território abrangido pela Regional V (FORTALEZA, 2015).

É possível afirmarmos ainda, que somando todos esses cinco bairros, o CRAS Aracapé, é responsável pelo atendimento de aproximadamente 150 mil pessoas, que estão vivendo sob um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo, sendo que desse total de habitantes o CRAS é responsável pelo atendimento de 24 mil famílias. De acordo com o último censo do IBGE (2010), dentre os cinco bairros atendidos pelo referido equipamento social, o bairro José Walter é o que apresenta o maior IDH com 0,395, já o bairro com menor IDH é o Planalto Ayrton Senna com 0,168 (FORTALEZA, 2015).

Com base nas informações supracitadas, é possível afirmarmos que o CRAS Aracapé se encontra em um território com alto índice de vulnerabilidade e risco social (crianças e adolescentes fora da escola; indivíduos sem documentação civil; famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família; famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda; famílias em situação de insegurança alimentar; e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social).

Devido ao fato de termos estagiado no referido equipamento social e também através de nossas idas ao campo da pesquisa para realizarmos as entrevistas com as mulheres beneficiadas pelo PBF, observamos, que a grande maioria das beneficiadas vai até ao CRAS Aracapé em busca de algum atendimento geralmente

relacionado ao Bolsa Família, tais como: bloqueio ou cancelamento do benefício, atualização ou exclusão do cadastro, inscrição para acesso aos benefícios eventuais oferecidos pelo CRAS (kit enxoval, cesta básica e auxílio funeral), dentre outros.

Outro fato observado durante a disciplina de Estágio Supervisionado e nossa experiência profissional, no período em que estivemos visitando o equipamento social se refere ao perfil daquelas pessoas, sendo de um modo geral pessoas: desempregadas, que vivem de “bicos”. Portanto, os sujeitos que se dirigem até o equipamento social, em busca de algum tipo de atendimento, vivem sob a perspectiva de permanente incerteza.

4.2. As mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do Centro de Referência de Assistência Social Aracapé

Neste tópico discorreremos sobre as falas dos sujeitos participantes desta pesquisa, no caso, cinco mulheres que são beneficiadas pelo PBF e que foram atendidas pelo CRAS Aracapé. Vale lembrarmos que as entrevistas foram realizadas nos dias 25 de setembro e 17 de outubro de 2017.

Com relação à identificação dos sujeitos, considerando o Código de Ética do Serviço Social e a Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016, essa última coloca que: “[...] a ética é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural, assim o pesquisador, deve considerar o respeito à dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos” (BRASIL, 2016)¹³. Assim, os sujeitos entrevistados foram identificados apenas por nomes fictícios, pois seguimos o Art. 2, inciso VIII, da mesma Resolução, a qual esclarece que: “pesquisas que possuem por objetivo o aprofundamento teórico não devem revelar os dados que possam identificar o sujeito”. (BRASIL, 2016).

Feitas essas considerações preliminares passamos a analisar o Perfil Socioeconômico das mulheres beneficiadas pelo PBF do CRAS, conforme está disposto na tabela 1, abaixo.

¹³ As informações acerca do respeito ao Código de Ética em pesquisas com seres humanos se embasaram na Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. Acesso em: 23 out. de 2017. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.

Tabela 1 – Perfil Socioeconômico das mulheres beneficiadas pelo PBF do CRAS Aracapé

Dados	Ana	Bianca	Laura	Fabia	Paula
Idade	26	35	37	38	37
Natural	Pernambuco	Barroquinha	Canindé	Fortaleza	Fortaleza
Cor/Raça	Parda	Negra	Negra	Negra	Negra
Instrução	Fund. Inc.	Fund. Inc.	Médio Com.	Fund. Inc.	Fund. Comp.
Profissão	Não possui	Não possui	Babá	Pedreira	Não possui
Ocupação	Dona de casa	Dona de casa	Dona de casa	Dona de casa	Dona de casa
Valor PBF	R\$ 260,00	R\$ 434,00	R\$ 270,00	R\$ 300,00	R\$ 170,00
Reside	Cidade Nova	Planalto A. Senna	Novo Renascer	Jose Walter	Planalto A. Senna
Estado Civil	Solteira	Casada	Solteira	Solteira	Casada
Filhos	3	4	4	5	2
Imóvel	Alugado	Alugado	Cedido	Próprio	Cedido
Moradores	4	6	4	6	4
Renda total	R\$ 260,00	R\$ 1.434,00 ¹⁴	R\$ 370,00	R\$ 300,00	R\$ 780,00 ¹⁵
Cadastro	CRAS	Ação Social	Regional V	Ação Social	Regional V

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

De acordo com o exposto na tabela 1, acima a idade média das mulheres que participaram dessa pesquisa é de 34,6 anos. Ainda acerca da idade dos sujeitos, chamamos a atenção para o fato de apenas uma das entrevistadas possuírem menos de 30 anos e a com maior idade possuir 38 anos.

¹⁴A entrevistada Bianca informou que a renda total da família só chega a esse valor devido ao seu marido trabalhar como pedreiro, pois ele recebe R\$ 1.000,00 por mês exercendo essa profissão.

¹⁵A entrevistada Paula, não quis informar a renda do seu esposo, sendo assim, entendemos que além da renda total da família, existe a renda do seu esposo.

Quanto à naturalidade verificamos que, apenas uma das beneficiárias é de outro estado (Pernambuco), as demais são todas cearenses, sendo duas naturais da cidade de Fortaleza e duas do interior (Barroquinha e Canindé), demonstrando assim que, essas mulheres atendidas pelo CRAS Aracapé, são em sua grande maioria do Estado do Ceará.

Sobre os bairros que as mulheres residem, observamos que dois desses bairros (Novo Renascer e Cidade Nova) não fazem parte da área abrangida pelo CRAS Aracapé. Todavia, segundo a coordenadora do Centro, independentemente da demanda pertencer ou não a região atendida pelo CRAS o atendimento e a inclusão dessas pessoas no CADÚnio deve ser realizado. Caso seja verificado que essa família necessite de acompanhamento da Assistente Social, é realizado o cadastro no Centro e posteriormente, o mesmo é encaminhado para o CRAS que atende a região daquele bairro.

Acerca de nosso terceiro ponto levantado pela tabela 1, Cor/Raça, observamos que das cinco entrevistadas quatro se declararam negras e uma parda. Sobre esse fato constatado, Soares (2000, p. 121), afirma que, “a grande maioria das mulheres que são beneficiadas pelo PBF, são negras, e que as mesmas fazem parte da parcela da população brasileira que possui as piores condições de vida, o que de fato verificamos *in locus*”.

Já em relação ao grau de escolaridade, observamos que apenas uma mulher possui o ensino médio completo e uma com o ensino fundamental completo. As demais só possuem escolaridade até o ensino fundamental incompleto. Diante dessa constatação, é possível afirmarmos que essas pessoas possuem baixo grau de instrução o que já havíamos observado de forma empírica quando realizamos nosso Estágio Obrigatório em Serviço Social no mesmo equipamento social, conforme já mencionado na parte introdutória deste trabalho.

Correlacionando a baixa escolaridade com a informação sobre qual a profissão das entrevistadas, além da maioria dessas mulheres não possuírem profissão (3), as demais possuem como profissão babá e pedreira¹⁶.

¹⁶ No momento da entrevista, após elas terem informado que possuíam a profissão de babá e pedreira aproveitamos para indagar essas mulheres se haviam feito algum curso para exercerem essas atividades, as mesmas responderam que não.

Verificamos assim, que as mulheres que possuem profissão, essas são atividades que para ser exercidas exigem baixa escolaridade. Olhando para além desse fato, e que demonstra a situação de vulnerabilidade social a qual se encontram essas mulheres, é o fato das mesmas, quando observado a ocupação serem donas de casa.

A respeito desses dados, observados já quando passamos pelo estágio e agora nessa pesquisa, o grau de fragilidade socioeconômico que essas pessoas se encontram fica evidente. Sobre essa constatação, Silva (2007, p. 110), pondera que “além da centralidade dada à renda para qualificar as famílias pobres e extremamente pobres é possível observar tal realidade a partir de dados como nível de qualificação profissional e de escolaridade”.

Acerca dos valores pagos pelo Programa Bolsa Família, verificamos que em média é R\$ 286,80, o qual quando comparado a média de números de filhos (3,6), dessas famílias é baixo, tendo em vista que, a grande maioria dessas mulheres possuem baixa escolaridade, não possuem profissão, seu grupo familiar é numeroso e de baixa renda.

Outro aspecto importante que nossa tabela 1 evidencia se refere ao fato da grande maioria das mulheres serem solteiras, portanto, chefes de família. Do total da nossa amostragem apenas duas declararam serem casadas. Além disso, o imóvel que as beneficiadas residem é alugado ou cedido, sendo que apenas uma declarou possuir imóvel próprio.

Sobre o perfil socioeconômico que as entrevistadas estão inseridas nos chamou a atenção o fato dessa realidade vir de encontro com o que afirma Santos (2008, p. 103), pois segundo a mesma autora, “de uma forma geral, a maioria da estrutura familiar das mulheres beneficiadas pelo PBF, é de mulheres solteiras e chefes de família”.

Outro aspecto que é possível correlacionarmos com as análises supracitadas, se refere à dinâmica socioeconômica que envolve esse grupo populacional, pois de acordo com Santos (2008, p. 101), “existe a necessidade do Estado, aumentar os aportes financeiros direcionados para políticas públicas, especialmente nas áreas da: educação, saúde e habitação”.

Vale lembrarmos, que no período em que estivemos em campo, observamos que existe uma carência muito grande, principalmente, nas áreas da educação e

habitação, tendo em vista que, esse grupo populacional que está incluso no PBF, possui baixa escolaridade e vivem em moradias alugadas ou cedidas. Além disso, convém destacarmos que a renda média das mulheres que entrevistamos é de R\$ 628,80.

Ainda analisando a tabela 1 e correlacionando com a técnica da escuta qualificada, chamamos a atenção para a questão do empoderamento tratado no primeiro capítulo deste trabalho e que surgiu por meio da fala de uma das entrevistadas e que passamos a relatar nesse momento. Segundo a entrevistada Bianca, a mesma passou por uma situação inusitada com seu esposo que trabalha como pedreiro. Ela falou que em um dos meses que recebeu o benefício, pagou a água e a luz e não falou para seu esposo. Daí houve uma discussão entre os dois por esse motivo, pois quando o mesmo ficou sabendo falou: “Você tá resolvendo tudo de baixo dos pano, sem me falar nada, pois a partir de agora a gente vai dividi as despesa”. Assim, observamos que a entrevistada teve o poder de decisão, no momento em que a conta de água e luz estava atrasada, pois segundo as próprias palavras de Bianca: “Eu não vou deixar cortarem minha água e luz, porque ele não pagou. Então peguei meu dinheiro do Bolsa Família fui lá e paguei tudo, porque eu não ia deixar corta, as minhas coisas, as minhas contas”.

Diante da situação ocorrida com nossa entrevistada Bianca, verificamos que esse fato, é exatamente uma realidade nas quais teóricos, como: Bronzo (2008), retratam, ao afirmarem que os efeitos positivos das políticas assistenciais possibilitam que as mulheres: reordenem o espaço doméstico e elevem sua autoestima. Assim, compreendemos que, o empoderamento é um processo que envolve diversos aspectos, dentre esses destacamos: a cultura, a sociedade e o psicológico.

Finalizando nossa análise do perfil socioeconômico das mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no CRAS Aracapé, acerca do cadastro no referido programa, observamos que duas entrevistadas realizaram o mesmo na Secretaria Regional V (SER V), uma no próprio CRAS e outras duas por meio de ação social realizado pela prefeitura municipal de Fortaleza.

Nesse último aspecto analisado, chama a atenção o fato de que muito embora a maioria das mulheres não realizaram o Cadastro Único através de alguma ação social, verificamos que esse tipo de trabalho tem surtido efeitos pois dentre as

entrevistadas duas mulheres conseguiram garantir seus direitos, serem inseridas no programa, por meio de ações sociais.

Ressaltamos que o processo de inscrição no PBF no referido CRAS sofreu mudanças durante a elaboração do trabalho. Antes, as inscrições não necessitavam de agendamento prévio para serem efetuadas, sendo as usuárias atendidas conforme demanda espontânea. Hoje é necessário agendamento para torna-se apta à adesão ao PBF.

É importante colocarmos ainda que, antes de dar início aos atendimentos, a assistente social, do equipamento social realiza um acolhimento, pela parte da manhã e à tarde, quando explica todos os serviços oferecidos pelo Centro, inclusive, o documento necessário para serem inscritas no CadÚnico, quais sejam: carteira de identidade, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), título de eleitor, carteira de trabalho e comprovante de residência. Para as mulheres que possuem filhos, necessitam apresentar ainda a: certidão de nascimento e declaração da escola que a criança está matriculada, quando essa está em idade escolar.

A partir das nossas observações e do que traz o MDS acerca dos cidadãos e das cidadãs que estão em situação de pobreza e de extrema pobreza, e que queiram solicitar a inserção no programa, verificamos que o CadÚnico é muito importante, sendo esse, de responsabilidade dos municípios.

Feita essas análises acerca do perfil socioeconômico das mulheres beneficiadas pelo PBF do CRAS Aracapé, passamos a relatar as falas das entrevistas baseadas em nosso roteiro de entrevistas.

Assim, buscamos verificar, junto às beneficiárias, qual a destinação dada ao valor recebido pelo PBF. A Ana, primeira mulher a responder nos disse que compra:

“[...] alimentação pros meus filhos, roupa, calçado né, pra eles, é uma coisa que eles estudam é por isso que eu tenho esse benefício né, eu utilizo com eles e no que eu posso pra dentro de casa”. Não diferente de Ana, Laura faz uso do numerário recebido pelo BF para comprar: “[...] as coisas pra gente comer, realmente só dar pra pagar água e compra alguma coisa pra comer”.

Como pode ser observada, a Ana direciona o valor recebido do programa para seus filhos, tendo em vista que os mesmos estudam. Dessa forma, ela utiliza o benefício para comprar, principalmente, vestimenta e alimentos para sua família. Com relação à fala da Laura, além da resposta ter sido no mesmo sentido da entrevistada Ana, chamamos a atenção para o fato de Laura ter sido enfática ao

deixar claro que o valor que ela recebe é insuficiente para manter sua família pois o mesmo dá apenas para pagar a conta de água e comprar mantimentos básicos para se alimentar.

Assim, como Ana e Laura, Fábiana afirmou que o dinheiro do PBF serve: “[...] pra dentro de casa né, pago o apartamento, pago água e luz, o que sobra eu compro pros meus filhos, compro leite pro meu filho mais novo”.

A diferença em relação aos depoimentos anteriores é que a Fábiana utiliza o valor para pagar também seu apartamento. Não diferente de Ana, Laura e da Fábiana, Bianca, também destina o valor do BF, para custear despesas com a família e com sua residência. A única distinção que observamos, comparando com as primeiras respostas é que Bianca se estendeu mais na sua fala. Além disso, afirmou utilizar o valor também para custear o curso de sua filha e comprar material escolar. De acordo com as próprias palavras de Bianca:

Eu faço muita coisa, eu pago água, pago luz, pago o curso da minha filha, ajudo comprar alguma mercadoria que tá faltando, quando meu esposo não recebe final de semana eu ajudo nisso aí, em casa compro sapato pros meus menino, roupa. Eu ajudo meu esposo, e compro também caderno, lápis, caneta pra escola.

Já a fala da Paula, separamos das demais devido à mesma ter sido a única que além de informar que usa o valor do Programa Bolsa Família para comprar alimentação também faz uso do mesmo para comprar medicamento. Tal realidade demonstra a existência de uma lacuna no serviço público de saúde municipal, pois segundo nosso entendimento, dada a situação de vulnerabilidade social em que se encontram essas famílias, as mesmas não possuem condições financeiras para comprar medicamento e o valor do benefício, não é expressivo a ponto de suprir despesas com saúde e alimentação ao mesmo tempo.

Como observado, de acordo com as palavras de Paula o dinheiro é usado para comprar: “[...] remédio quando não tem no posto, compro alimentação e pago o reforço da menor, aí quando sobra eu vou comprando merenda e mistura”. É importante deixarmos registrado, que nossas ponderações, discutidas ao longo desse tópico, foram embasadas em observações no campo da pesquisa e na construção do referencial teórico desse trabalho monográfico.

Não menos importante, aproveitamos o ensejo para recordarmos alguns teóricos que fizeram parte do desenvolvimento dessa monografia e que retratam

exatamente a situação explanada pelas entrevistas quanto a questão da utilização dos valores recebidos do programa.

A esse respeito devemos lembrar, que segundo Mariano e Carloto (2009, p. 906),

os valores empenhados por essas mulheres são destinados na grande maioria das vezes para a melhoria das condições de seus filhos, principalmente gastando com alimentação, vestuário, material escolar e até mesmo em melhorias na sua residência.

Como pode ser observado, a afirmação das autoras retrata exatamente a realidade que encontramos ao entrevistarmos cinco mulheres beneficiárias do Bolsa Família.

A partir das respostas da primeira pergunta, buscamos desvelar a importância do PBF na vida dessas mulheres. Ana respondeu que: “Sim, porque eu não preciso muito tá saindo de porta em porta atrás de emprego né, porque eu tenho de onde tirar todo mês o dinheiro, pra mim comprar as coisas pra eles”.

A resposta da Ana foi pouco aprofundada, cabendo destacarmos a questão do trabalho, pois segundo a mesma, após estar inserida no Bolsa Família ela parou de se preocupar com emprego, já que possui uma renda, mesmo que mínima, que “garante” o sustento de seus filhos.

Trazendo os dados da tabela 1, de Ana, chamamos a atenção para o fato do valor recebido pela beneficiária ser de R\$ 260,00 e a renda total da família é apenas o numerário recebido pelo benefício. Além disso, Ana possui três filhos.

Portanto, quando a mesma afirma que “tem de onde tirar”, ou seja, possui uma renda mínima que “garante” a aquisição de alimentos para a mesma e seus filhos, chamamos a atenção para o fato de essa renda ser extremamente baixa, pois se dividirmos R\$ 260,00 por três, o valor corresponde a R\$ 86,60 para comprar alimento para cada filho por mês.

Com relação às falas das demais entrevistadas, por serem respostas semelhantes optamos por trazermos primeiramente, Bianca e Laura. Essas afirmaram respectivamente que, o programa é muito importante porque:

[...] eu não tinha né, não tinha nem um tostão eu não trabalhava eu não tinha esse valor pra mim receber todo mês ai eu posso comprar um sapato pro meu filho, posso compra um caderno, posso compra uma mochila, posso compra calça, posso compra um perfume contando com esse dinheiro. (BIANCA)

Realmente agora como estou desempregada ele mudou, tá ajudando. Tá com dois anos que estou desempregada eu tava investindo pra pagar o colégio da minha filha, como eu fiquei desempregada eu acho que esse dinheiro tá me ajudando justamente agora nesse período que estou sem trabalhar. (LAURA)

Como pode ser visto, muito embora Bianca afirme que trabalha e Laura que não trabalha, para ambas, no momento em que estão desempregadas o Bolsa Família é muito importante. Compreendendo as palavras da Bianca observamos, que a mesma se programa para fazer compras, pois ela sabe que irá receber um determinado valor todo mês, possibilitando a essa mulher comprar material escolar e vestuário para seu filho, além de perfume.

Correlacionando a respostas das mulheres supracitas, com nosso referencial teórico, verificamos que o empoderamento, por meio do PBF, está presente na vida dessas pessoas pois a partir do benefício elas podem estar se programando para adquirir bens básicos que antes devido a sua condição não era possível. Portanto, empoderamento, é uma ferramenta extremamente valiosa, que propicia uma mudança na realidade dessas famílias que estão vivendo na condição de pobreza ou extrema pobreza. Mariano e Carloto (2009, p. 901), retratam exatamente essa questão ao afirmarem que: “[...] A mulher, a partir de seus papéis na esfera doméstica [...] tem sido a interlocutora principal dessas ações”.

Com relação ao relato da compra de perfume, analisamos a questão de classe social, pois muito embora o objetivo do programa não seja esse, existindo assim um viés na destinação do recurso, demonstra que o programa também propicia a essas mulheres comprarem artigos que antes eram inacessíveis. Portanto, esse grupo de pessoas era considerado como inexistentes para o consumo desse tipo de bens. Outro exemplo claro de empoderamento pode ser verificado na fala da mulher chefe de família, Fabia ao afirmar que:

O programa mudou em muitas coisas, porque agora eu posso compra alguma coisa que o meu filho precisa, eu ganhei o apartamento pela Caixa, do Minha Casa Minha Vida, do governo. Tenho onde morar e agora eu posso pagar com o dinheiro do bolsa, se não fosse isso estaria nas ruas sem ter onde morar.).

Chamamos a atenção para a fala da entrevistada Fabia por se destacar das demais mulheres ao afirmar, que além de utilizar o valor para aquisição de bens

semelhantes as demais mulheres, a mesma faz uso do benefício para as parcelas do apartamento que adquiriu através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Observamos de modo geral que as beneficiárias utilizam o valor do benefício para adquirir bens de consumo básicos, principalmente alimentação, captamos, por meio das falas das entrevistadas que existe um viés como é o caso da Fabia que utiliza o benefício para comprar produtos para seu filho e também para pagar as prestações do seu imóvel, adquirido por meio do PMCMV.

Destacamos, que ao entrevistarmos a beneficiária Paula, ela não demonstrou muito interesse em responder essa pergunta tendo em vista que, a mesma se limitou a afirmar que o PBF: “serve, quando estou precisando me ajuda”. Como pode ser observado Paula foi sucinta em sua resposta, de qualquer forma, por meio das palavras da entrevistada é possível deduzir que o Bolsa Família é importante ao afirmar que o mesmo serve de suporte quando a entrevistada está precisando.

Seguindo o roteiro de entrevista, buscamos compreender a opinião das mulheres acerca das exigências do programa em relação à frequência escolar dos filhos. Ana respondeu que: “Eu acho que é normal. Se a gente tem aquele dinheiro garantido né, todo mês, a gente tem que cumprir nossa obrigação, com a escola, nos postos com o peso e tudo né, obrigação da gente também.

Correlacionando a fala da Ana com o que traz a Cartilha do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2006), verificamos que as condicionalidades são extremamente importantes, pois segundo o mesmo órgão, essas são um elemento estruturante do programa, demonstram que as famílias beneficiárias, além de estarem recebendo um direito, possuem responsabilidades que foram criadas pelo governo federal com o objetivo de dar autonomia e por consequência inclusão social a esse grupo de pessoas.

Não diferente da resposta da Ana, de acordo com a fala de Bianca a mesma afirma que as condicionalidades são: “Muito importante! É fundamental né! Mesmo se não tivesse, é fundamental isso daí, pro crescimento dos nossos filhos. Tem que ir pra escola todos os dias, nos ajuda também, dar força”.

A partir da resposta da Bianca, observamos, através da fala da beneficiária que, a mesma se preocupa com o futuro, principalmente em relação à educação, dos seus filhos ao destacar que as condicionalidades são fundamentais para o crescimento do seu filho.

Sobre a condicionalidade especificamente criada para a educação, o MDS (2006), estabelece que para as famílias contempladas não tenham seu benefício bloqueado ou suspenso é necessário que seus filhos tenham uma frequência escolar: “[...] mínima de 85% da carga horária mensal de crianças ou adolescentes de seis a quinze anos de idade”. (BRASIL, 2006, p. 258)

No mesmo sentido, Laura destaca em sua fala que: “realmente é todo direito que eles tem, já que é um benefício que é pra ajudar as crianças, então, cada criancinha na sua sala de aula, fazendo seu dever. Tem que fazer realmente, é muito importante”.

A respeito dessa questão, as entrevistadas, chefes de família dão muita importância a questão da educação de seus filhos tanto é verdade que Fabia segue em suas colocações de Laura ao afirmar que, as condicionalidades é algo: “bom! É uma responsabilidade da gente que é mãe, não deixar o filho faltar porque ali, é pra comprar o material escolar”.

Subentendemos a partir das falas das entrevistadas que além da educação as mães se preocupam também com a saúde de seus filhos o que vem de encontro com as exigências do MDS (2006, p. 258), acerca do tema tendo em vista que de acordo com o mesmo órgão, outra exigência para que essas pessoas continuem fazendo parte do programa é o: “[...] cumprimento da agenda de saúde e nutrição [...] principalmente por exame de rotina, pré-natal, vacinação e acompanhamento nutricional das crianças”.

Paula nos trouxe outra questão peculiar desse grupo que é contemplado pelo programa, pois ao responder sobre a exigência da frequência escolar dos filhos. Para a mesma, essa exigência é: “correta, porque se o governo não exigisse a frequência, hoje em dia, já tem pessoas que recebem sem nem precisar, imagine se não tivesse a frequência, as crianças não ia nem na escola”.

Chamamos a atenção para a fala da Paula, pois de acordo com a mesma a exigência da frequência escolar é extremamente importante, haja vista que, mesmo com essa condicionalidade existe fraude, “imagine se não existissem condicionalidades”. Observa-se que a fala de Paula fomenta a questão da intersetorialidade do PBF com a Saúde, uma vez que para receber o benefício ela deve levar seus filhos ao posto de saúde periodicamente.

Nossa quarta indagação se refere às dificuldades para cumprir as exigências do programa. Nesse aspecto destacamos primeiramente que todas as entrevistadas afirmaram não possuir nenhum tipo de dificuldade. A entrevistada Ana afirmou que:

“Não eu acho assim, eu acho que tá tudo bem, se não fosse assim a maioria também não tava nem aí, né”.

Já para Bianca: “Não, meu agente de saúde tá lá no dia que é pra ir, ele me dá um papelzinho na semana. Sempre tô acompanhando. Eu vou me pesar, vou pesar eu e minha filha”.

Para Laura, a última entrevistada a responder de forma mais extensa afirmou que: “Graças a Deus tudo é perto da casa. O posto de saúde também. Não tenho nenhuma dificuldade em levar pra escola.

As outras duas mulheres, Fabia e Paula, afirmaram respectivamente que: “Não tenho nenhuma dificuldade”; “Não tenho”. Como pode ser observado Fabia e Paula, foram comedidas em suas palavras ao colocarem apenas que não possuem dificuldades em cumprirem as condicionalidades estabelecidas pelo governo federal.

Em nossa quinta pergunta, buscamos saber a situação da saúde das mulheres e de seus filhos. Desse modo lançamos a indagação: o programa possibilitou alguma mudança, principalmente em relação à alimentação? A entrevistada Ana foi sucinta em suas palavras afirmando que: “sim, porque se não fosse esse dinheiro como era que eu ia me alimentar, como é que eu ia comprar medicamentos”. Já Bianca e Laura, respectivamente, afirmaram que a partir da inserção das mesmas no programa puderam:

[...] comprar o de melhor. Eu posso comprar fruta. Mudou muito porque eu posso comprar aquilo que meus filhos merecem, precisam né, uma alimentação adequada. Quando eu recebo compro fruta, o que tiver precisando. Se não tem – aquele dinheiro chegou – foi uma benção. Tem aquele dia que eu recebo; eu realizo meu sonho. Mudou também na saúde; posso comprar um medicamento. Se meu esposo não tem eu posso comprar.

Mudou, porque agora assim, em questão do posto de saúde de seis em seis mês ele quer que a pessoa compareça ao posto pra saber se as crianças estão sendo atendidas regularmente, e que não tem perigo de ocorrer alguma doença, alguma coisa, porque de seis em seis meses a pessoa sempre atualizando ele olha como é que as crianças estão. Eu acho importante porque tem muita mãe que não liga pros filhos, no meu caso, eu não ligo pro dinheiro, ligo pra saúde deles. Pra mim, tudo que importa é eles está bem com saúde alegre satisfeito.

Compreendendo as colocações acerca da importância do programa para uma melhoria na segurança alimentar da família das beneficiadas que de fato com a inserção das mesmas no programa ocorreu uma mudança positiva, pois o Bolsa

Família propiciou que essas pessoas adquirissem alimentos que antes não possuíam condições. Assim, tal realidade, vem de encontro com o que prega o MDS (2006), pois segundo esse órgão o Bolsa Família visa garantir o direito à alimentação, à educação e à saúde, haja vista que, o principal objetivo do programa é combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2006)

Já para Fabia o programa auxiliou na melhoria da alimentação de sua família, no caso, quando sobra algum valor a mesma afirmou que: “[...] compra alguma coisa melhorzinha”. No entanto, ainda segundo a mesma entrevistada na questão da saúde sua inclusão no programa não alterou sua realidade.

Seguindo no mesmo sentido Paula declarou que sua realidade foi alterada a partir do programa em relação a sua condição alimentar, já na saúde não houve mudança. Segundo as próprias palavras da entrevistada, o programa: “Não mudou nada na saúde. Na alimentação elas me pedi uma fruta eu compro, quando eu posso compro alguma coisa melhor pra elas”.

Trazendo a realidade discorrida pelas beneficiárias com o que coloca Silva (2007), fica evidente que a teoria e a realidade vivenciada pelas mulheres chefes de família se conectam. Tal afirmativa pode ser verificada nas palavras da mesma autora ao esclarecer que a partir das condicionalidades foi possível garantir: “[...] acesso aos direitos fundamentais e de melhoria das condições de vida [...]. As condicionalidades têm permitido [...] a ampliação do patamar de proteção e de compromisso do poder público”. (SILVA, 2007 p.1.434)

Em nossa sexta pergunta, buscamos compreender a posição dessas mulheres dentro de casa. Lembramos que das cinco entrevistadas, quatro responderam no mesmo sentido. No entanto, Fabia foi moderada em suas palavras afirmando apenas que: “mudou porque depois que eu passei a receber o bolsa família passei a poder comprar algumas coisas”.

Verificamos que, muito embora Fabia não tenha se estendido em suas colocações verificamos a existência de uma das formas do empoderamento, no caso, expresso atrás do poder de compra. A esse respeito recordamos que, segundo Sen (1997, apud Moreira et. al., 2012), existem muitas formas de empoderamento os quais visam equilibrar as relações de poder. Na situação específica da entrevistada Fabia, chamamos a atenção para o empoderamento econômico já que com o Bolsa Família a beneficiária passou a adquirir produtos que antes não era possível,

propiciando assim, uma melhoria na sua condição de vida. Já Ana, Bianca e Laura, afirmaram respectivamente que a posição dentro de casa:

Mudou pra melhor, porque antigamente eu tinha marido pra banca a casa com meus filhos. Hoje eu não tenho, é só eu e eles, então o Bolsa Família e pra nós quatro manter a casa, cuidar da saúde, compra o que eles precisam porque eu não tenho quem me dê, então eu sobrevivo do Bolsa Família.

Mudou financeiro né. Meu esposo ficar pegando no pé, a gente até discuti esses dias porque eu paguei água e luz tudo sozinha ele tava reclamando porque eu tava fazendo tudo por de baixo dos pano, que agora a gente ia dividir. Ai eu tá certo pelo o menos vai sobrar um dinheirinho pra cuidar de mim, do meu cabelo que eu não faço. Eu só compro o que tem que comprar e não me cuido. Agora eu vou fazer assim, vai sobra um dinheirinho pra mim, a gente racha tudo no meio porque eu tava pagando tudo só pra não ter que corta né, esperar chegar o final do mês e não ter perigo de corta. Então eu fazia isso e nem cobrava nada que ele não me pagasse direito eu acho que não é necessário né, se eu precisar dele se ele tiver com certeza ele vai me dar. Tem um amigo dele que é tudo dividido, eu passei na cara dele porque era pra ele achar bom porque eu paguei sozinha o papel de água e de luz né. Era pra mim agradecer, ai ele fez uma ação ele pegou disse que ia no final do mês ia racha tudim e ai eu disse tá bom, pelo o menos vai sobrar um pouquinho pra mim, pra mim cuidar.

Pra mim no momento está servindo muito entendeu, eu só tenho a agradecer por tá recebendo esse dinheiro agora, porque se não fosse esse dinheiro agora, realmente com o desemprego tá difícil, pra mim ele está sendo muito importante porque compro as coisas pra dentro de casa.

Como observado nas falas das entrevistadas Ana, Bianca e Laura, todas trazem algumas das formas de empoderamento citada por Sen (1997, apud Moreira et. al., 2012). Vale recordarmos que segundo a autora o empoderamento se apresenta de inúmeras formas, dentre essas destacamos: a autoestima, a autoconfiança e autoafirmação, que no caso das entrevistadas teve como origem a partir da questão econômica propiciada pelos recursos destinados a essas mulheres que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Portanto, verificamos que o programa vai muito além de auxiliar esse grupo de pessoas na melhoria das condições de vida de sua família, perpassando assim, a questão da assistência social. Nossa afirmativa fica evidente ao observarmos, principalmente as palavras de Bianca que inclusive teve uma discussão com seu esposo devido ao seu empoderamento econômico.

Assim, compreendemos que essas mulheres vêm ganhando espaço no meio em que estão inseridas, a partir de um reordenamento dos papéis ocupados pelas mesmas, no caso, no espaço doméstico.

Outro aspecto que acreditamos ser importante retomarmos refere-se a figura da mulher, como fica claro nas palavras de Ana, Bianca e Laura, quando demonstram sua preocupação com o cuidado da casa e dos filhos. A esse respeito, Moura (2015, p. 9),

elucida essa situação ao colocar que essa preocupação se deve a uma construção histórica da figura feminina como mantenedora da ordem familiar, de administradora dos problemas do lar, enquanto o homem se preocupa com o sustento financeiro da família.

Finalizando a penúltima pergunta trazemos a resposta da Paula separada das demais devido a mesma ter afirmado que: “não mudou nada porque sempre eu e meu marido combinamos. Se eu tenho e ele não tem eu compro, mais se eu não tenho e ele tem ele coloca dentro de casa, porque na realidade a renda maior é dele”.

Compreendemos a partir da fala de Paula que o empoderamento, já existia no seio de sua família, pois segundo essa existe um consenso entre ela e seu esposo acerca das despesas da casa, muito embora, fica clara a consciência da mesma que por seu esposo possuir uma renda maior muitas vezes é ele quem tem maior participação no sustento da família.

Na última pergunta buscamos verificar o grau de importância do PBF, de uma forma geral. Segundo Laura o programa é: “muito importante pra mim, como estou desempregada, está me servindo muito porque se não fosse esse dinheiro como eu estaria vivendo o que recebo é pra colocar alimentação, as coisas dentro de casa” (Grifos nosso). Assim como Laura, Ana além de afirmar que o programa é muito importante principalmente por estar desempregada, nas palavras da mesma:

Pra quem não tem emprego fixo né, então o Bolsa Família ajuda bastante, porque como eu tô dizendo, muitas tem um emprego recebi benefício né. Eu não tenho emprego é só eu e meus três filhos então eu sobrevivo disso, e dô graças a Deus por receber isso por ter isso ao menos todo mês tem muitas por ai que nem isso tem né.

Com relação às demais entrevistadas chamamos a atenção para a fala da Bianca que se mostrou muito preocupada com o fim do direito de receber o benefício após seus filhos se tornarem maiores de idade. De acordo com a mesma ela irá “ficar de mãos abanando”, como pode ser observado, ao reproduzirmos na íntegra a fala da beneficiária, o Bolsa Família é:

[...] muito importante pra mim. Se faltar o que é que eu vou fazer, no dia que for cancelado porque não vai ser pra vida toda né. Até os meninos ficarem

de maior né, né verdade, ai eu vou ficar de mãos abanando então pra mim é muito importante. Eu não vou mais ter aquele dinheirinho pra comprar o que eu quero, fazer o que eu quero. (BIANCA)

Correlacionando as colocações de Bianca como traz Durieux (2011) é possível afirmarmos que a realidade observada no campo de pesquisa é algo que se traduz nos argumentos defendidos pela mesma autora acerca da importância do programa. Vale recordarmos que para Durieux (2011, p. 61), “o Bolsa Família, obteve ganhos significativos no combate a pobreza e ao mesmo tempo como agente dinamizador da economia desse extrato social”.

Para Fabia e Paula, a importância do programa vai muito além da transferência de renda, segundo as palavras das mesmas:

É importante não só pelo dinheiro. Ele é importante pelo Cadastro Único porque com cadastro você tem direito a outros benefícios do governo. Pelo cadastro, você pode ir pro posto, tem carteira de ônibus, você tem o CRAS. O CRAS bem dizer é uma casa pra mim, porque eu já vivi nos CRAS, não é só pelo dinheiro ali é pela mudança que o governo tá dando pras mães e aquelas mães não sabem aproveitar. (Fábria)

No momento sim é importante, porque a gente procura alguma coisa pra fazer, não tem nem pra quem tem estudo, imagine pra quem não tem, eu estou a procura de emprego também estou fazendo um curso de graça aqui no bairro mesmo, mais não consigo trabalho. (Paula)

Observamos que o Programa Bolsa Família perpassa a questão da transferência de renda para essas beneficiadas, tendo em vista que, no CRAS Aracapé, são trabalhadas, concomitantemente, outras políticas públicas intersetoriais, que visam dar oportunidades dessas pessoas estarem se qualificando profissionalmente por meio de cursos.

Acerca desse trabalho desenvolvido pelo CRAS Aracapé, Durieux (2011, p. 60) afirma que,

os programas de transferência de renda a partir do momento que são integrados irão propiciar com maior agilidade e eficiência acesso a esse grupo populacional a direitos, como por exemplo, acesso à terra, a educação, a saúde, ao trabalho, ao lazer e a moradia.

Por fim, recordamos que Senna et al (2007) também defende as articulações intersetoriais que são trabalhadas no Bolsa Família pois diante da realidade vivido por esse grupo de pessoas é preciso considerar a inclusão social que o programa propicia a partir de programa que venham a complementar o Bolsa Família, tais como: “[...] programas de geração de emprego e renda, cursos profissionalizantes,

[...] que, em tese, deve ser implementada de forma cooperativa entre os diferentes níveis de governo e com base na intersetorialidade das ações”. (SENNA ET AL, 2007, p. 90)

De uma forma geral, podemos perceber que o Programa Bolsa Família tem importância significativa no empoderamento das mulheres beneficiárias, melhorando mais especificamente seu poder de compra e conseqüentemente fazendo com que elas tenham uma alimentação com mais qualidade, possibilitando o acesso a cuidados com a aparência com reflexão positiva na autoestima das mesmas, permitindo a autoafirmação diante do companheiro no que diz respeito à divisão das despesas da casa e incentivando-as a buscar pelo próprio autodesenvolvimento percebido através da busca pela capacitação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca do Programa Bolsa Família é importante destacarmos que, ao longo da construção deste trabalho fomos compreendendo que a relevância do programa ultrapassa a simples transferência de renda, pois no CRAS Aracapé observamos que é trabalhado também a intersetorialidade e o empoderamento dessas mulheres.

Sendo assim, quando o debate é a fome podemos afirmar que existe uma série de fatores que precisam ser analisados e compreendidos como por exemplo, a condição socioeconômica, cultural, etnia e gênero. Sendo assim, observamos que existe um vasto campo a ser explorado que é possível correlacionar as questões supracitadas com a condição de pobreza ou extrema pobreza que vivem essas pessoas.

Portanto, ao aprofundarmos nossos estudos na busca por respostas do objetivo geral desse trabalho passamos a compreender a importância do Programa Bolsa Família na vida das mulheres atendidas pelo referido CRAS Aracapé, pois o trabalho realizado pelos profissionais que atendem essa população vai muito além de cadastrar e informar as beneficiárias acerca de seus direitos. Segundo, nossa observação e por meio das falas dessas mulheres verificamos que existe um trabalho de inclusão social que se dá, por exemplo, através de cursos profissionalizantes.

Foi possível verificar que as mulheres contempladas pelo benefício realmente são pessoas que estão em uma situação de vulnerabilidade social, tendo em vista que são extremamente carentes, não apenas de recursos financeiros, mas de toda a dinâmica na qual estão inseridas. Citamos a baixa escolaridade, não possuem profissão, estão desempregadas, possuem um número elevado de filhos e a habitação é alugada ou cedida, dentre outros fatores.

Verificamos ainda que o CadÚnico, além de propiciar o registro de dados quantitativos acerca dessas pessoas, a partir da inclusão do mesmo, possui por finalidade também a inscrição em outros benefícios, como por exemplo, ser atendido no posto de saúde como foi relatado por uma das entrevistadas.

Foi também possível compreender a questão do empoderamento das mulheres beneficiárias. Conceito esse que vem sendo apropriado pelas mulheres de uma forma geral, e especialmente trabalhado pelo CRAS Aracapé, na garantia de

direitos dessas mulheres materializado, no caso, no Bolsa Família e em tudo que ele representa no sentido da emancipação das mulheres.

Por fim, dada à amplitude da temática compreendemos que é possível ampliar os estudos sobre o Bolsa Família, podendo ser enfatizado diversos vieses, dentre esses destacamos questões como: gênero, classe social, etnia, educação, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família**. Brasília, 2006 [acessado 2017 Mar 20]. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Fundo Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do SUAS. Manual de Orientação Técnica. **Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira do SUAS (2005)**. Brasília, 2006.

_____. **Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003**. Cria o Bolsa Família. [acessado 2017 Out 10]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

_____. **Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004**. Institui o Programa Bolsa Família [acessado 2017 Out 10]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

BRONZO, C. **Vulnerabilidade, Empoderamento e Proteção Social. Reflexões a partir de experiências latino-americanas**. In: ENANPAD, XXXII, 2008.

COSTA, A.A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/Ufba), 2000.

DURIEUX, Marley. **Transferência de renda: Programa Bolsa Família e Cidadania**. Brasília: ESAF-DIRED, 2011.

FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel. **A pesquisa na psicologia social**. Rio de Janeiro: FGV, 1974. caps. 1- 4.

FIALHO, P.J.F. **O programa Bolsa Família em São Luís (MA) e Belém (PA): um estudo sobre a relação entre gestão local e os efeitos do programa na condição de vida das mulheres**. Dissertação (mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Empoderamento de mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero**. Genebra, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HÖFLING, Eloisa de Matos, **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cad. CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, Nov 2001.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. **Pobreza, transferência de renda e desigualdade de gênero: conexões diversas**. Parcerias estratégicas, n. 22, junho 2006.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e Combate a Pobreza: Programa Bolsa Família. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 17 (3): 901-908, setembro-dezembro, 2009.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: edição compacta**. São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Lakatos, Eva Maria.

MITCHELL, Juliet. **Mulheres: a revolução mais longa**. Gênero, v.6, n.2, v.7, n.1, Niterói, 2 sem. 2006, p.203-p.232.

MOURA, Lago Henrique Fernandes de Sousa. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O PAPEL DAS MULHERES: responsabilização ou ampliação da cidadania? **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**. UFMA, 2015.

SENNA, Mônica de Castro Maia; BURLANDY, Luciene; MONNERAT, Giselle Lavinias; SCHOTTZ, Vanessa; MAGALHÃES, Rosana. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 86-94 jan./jun. 2007.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER (**NEPEM**). Universidade de Brasília, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Glossary of health promotion terms**. Geneva: World Health Organization/Division of Health Promotion, Educations and Communications/Health Education and Health Promotion Unit, 1998.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. Família: seu processo de transformação e sua centralidade nas políticas públicas. Fortaleza, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Secretaria Municipal de Trabalho Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Diagnóstico Socioterritorial CRAS Aracapé. Fortaleza, 2015.

POCHMANN, Márcio. **Pobreza e crise econômica: o que há de novo no Brasil Metropolitano**, IPEA, Maio, 2009.

SANTOS, Tânia Steren dos. **Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar**. Revista SER Social, Brasília, v. 10, n. 22, p.97-128, jan./jun. 2008.

Santos WG. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus; 1987.

SILVA, Maria Ozanira, YAZBECK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4. Ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria Ozanira (Coord.), LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almeida. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Maria Ozanira. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 12, núm. 6, dezembro, 2007, pp. 1429-1439.

_____, Maria Ozanira. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Rev Pol Pub**, 2002; 6(2): 65-102.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Bolsa Família e Assistência Social**./ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (**MDS**). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/bolsa-familia-75-4-dos-beneficiarios-estao-trabalhando>. Data de acesso: 02/04/2017

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (**PNUD**). Relatório de desenvolvimento humano 2007-2008. Disponível em: <www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em: 03 junho de 2017.

Revista Exame: **Programas Sociais**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/programas-sociais-elevaram-renda-dos-mais-pobres-diz-o-ibge/>. Data de acesso: 02/04/2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro da entrevista

Roteiro referente à pesquisa: A importância do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiadas do CRAS Aracapé.

Data:

I – Perfil Socioeconômico das mulheres beneficiadas pelo PBF do CRAS Aracapé

	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher	Mulher
Idade							
Naturalidade							
Cor/Raça							
Escolaridade							
Profissão							
Ocupação							
Renda							
Bairro que reside							
Estado Civil							
Nº de Filhos							
O imóvel é: alugado, próprio, emprestado							
Nº de moradores							
Renda total da família							
Como realizou o cadastro no PBF							

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

II – Questionamentos às mulheres beneficiadas pelo PBF do CRAS Aracapé

1. Qual o destino do valor recebido pelo PBF?

2. O PBF mudou a sua vida? Caso sim, em que sentido?
3. O que você acha das exigências do programa em relação à frequência escolar dos filhos?
4. Você tem encontrado alguma dificuldade para cumprir as exigências?
5. Com relação à saúde sua e de seus filhos, o programa possibilitou alguma mudança, principalmente em relação à alimentação?
6. A senhora acha que após se tornar beneficiária do PBF, sua posição dentro de casa mudou?
7. Você acha que o PBF é importante? Caso sim, em que sentido?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: A importância do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiadas do CRAS Aracapé desenvolvida por Roberta Almeida de Holanda Miranda. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Prof.^a Ms^a: Maria do Socorro Lima Martins Matos, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) _____. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é compreender a importância do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiadas do CRAS Aracapé, situado no município de Fortaleza – CE. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste TCLE.

Fortaleza, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura da testemunha:
